



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4th MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 31 - Nº 597 - DE 13 A 27 DE OUTUBRO DE 2019 - R\$ 4,00

Abaixo a Reforma Sindical do governo e do Congresso Nacional

**Por sindicatos independentes da política
burguesa, regidos pela democracia operária
e pelo método da ação direta**

**Construir direções classistas, que encarnem
o programa da revolução proletária**

**Varrer a casta burocrática dos sindicatos
e sua política de colaboração de classes**

**CONSTITUIR A FRENTE ÚNICA ANTI-IMPERIALISTA, PARA
DERROTAR O PLANO DE PRIVATIZAÇÃO E DESNACIONALIZAÇÃO
DE BOLSONARO, GUEDES E CONGRESSO NACIONAL**



52 anos do assassinato de Che Guevara

**Honramos a memória do revolucionário, com
a crítica e o método do materialismo histórico**

Luta pela independência sindical

Realizaram-se os congressos da CSP-Conlutas e CUT, respectivamente de 3 a 6; e 7 a 10 de outubro. Tínhamos uma noção antecipada do que iria se passar. Isso porque foram convocados depois das manifestações de maio e da greve geral de junho. Não poderiam servir de instrumento para prosseguir o movimento, uma vez que a frente burocrática das centrais havia traído, e os explorados foram atingidos por mais uma derrota. As aprovações da reforma trabalhista, no governo Temer, e a da Previdência, no de Bolsonaro, se deram com a resistência das massas desmontada pelas centrais. O POR tem insistido nessa denúncia e explicação da política e dos motivos que levaram a frente burocrática a conduzir as tendências de luta dos explorados até certo ponto e, em seguida, desarmá-las.

Sob a política de colaboração de classes, não é possível derrotar a determinação da burguesia e seu governo de impor à classe operária e demais trabalhadores as contrarreformas. Os imperativos da crise estrutural do capitalismo levam os exploradores a destruir antigas conquistas do proletariado. Se não se organiza um levante da maioria contra os capitalistas, governo e Estado, não se tem como barrar o avanço da barbárie social. O que depende de uma direção que esteja à altura de responder com as bandeiras dos explorados, e empenhada em dar expressão organizativa à luta de classes. Essa direção se encontra em estado de desenvolvimento embrionário, embora seus quadros tenham conseguido constituir o programa da revolução proletária, e progredido na edificação do partido marxista-leninista-trotskista.

A supremacia esmagadora do reformismo e do burocratismo nos sindicatos tem provocado grandes danos à luta pela independência política, ideológica e organizativa da classe operária. O que repercute sobre os demais oprimidos, classe média urbana e camponeses. Enquanto o PT e aliados tiverem as rédeas dos sindicatos, a tendência é a de recrudescer a burocratização autoritária, e a sua dependência à política parlamentar burguesa. As demais frações da buro-

cracia, sendo a mais importante a Força Sindical, se nutrem da colaboração de classes, que paira sobre o movimento operário, popular, camponês e estudantil como um todo.

A CSP-Conlutas não se ergueu como uma fração revolucionária, como preconizaram o PSTU e aliados, ao cindir a CUT. Por fazer parte das divisões de aparato, que acabaram originando mais de dez centrais, permaneceu como a ala esquerda do amplo espectro que compõe a burocracia - uma casta adaptada ao capitalismo, e subordinada à democracia oligárquica.

A classe operária em luta permitiu que a CUT se impusesse contra poderosas pressões da burguesia, da qual fizeram parte os adversários do momento, como PCdoB,

PCB e nacionalistas, que acabaram formando o PDT e PSB. Permitiu também a constituição do PT, elevando como caudilho nacional o metalúrgico Lula. Passado esse momento, reestruturado o aparato sindical pós ditadura militar, e estruturado o PT no seio da democracia burguesa, a política de colaboração de classes, que, desde o início desse movimento sindical e político, esteve presente,

alcançou uma dimensão capaz de servir aos interesses da burguesia, em geral, e dos monopólios, em particular. Não pode haver a menor dúvida de que o PT, sua burocracia sindical, e aliados, se cristalizaram como imenso obstáculo à independência de classe do proletariado e, como tal, como instrumento da contrarrevolução.

O XIII Congresso da CUT transpareceu a ausência das bases operárias. As várias frações do PT não fizeram senão encenar a realização de um Congresso dos trabalhadores. O IV Congresso da CSP-Conlutas refletiu a direção pequeno-burguesa, adaptada ao aparato e movimentos corporativos. Não foi sequer capaz de reconhecer a causa das duas derrotas do movimento antireformas. A vanguarda deve aproveitar essas experiências para encarnar a luta pela independência dos sindicatos, pela edificação da democracia operária e constituição de direções classistas, revolucionárias.

***Não pode haver a menor
dúvida de que o PT, sua
burocracia sindical, e aliados,
se cristalizaram como imenso
obstáculo à independência
de classe do proletariado e,
como tal, como instrumento da
contrarrevolução.***



Adquira com nosso distribuidor

**30 anos construindo
o Partido Operário
Revolucionário (POR)**



Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 630 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO – www.pormassas.org

A dívida pública bloqueia as forças produtivas

A dívida bruta saltou para a casa de R\$ 5,62 trilhões de reais. Equivale a 79,8% do Produto Interno Bruto (PIB). Em 2013, perfazia 51,5% do PIB. Nos últimos seis anos, cresceu 28,3%, uma média de 4,71% ao ano.

Segundo o governo, a culpa é do déficit da Previdência. Essa é a conhecida forma de ocultar que o rombo tem como causa a gigantesca carga de juros. Cálculos mostram que, em 21 anos, a contar de 1997, os juros somaram R\$ 4,7 trilhões, uma média de R\$ 221 bilhões anuais, e R\$ 19 bilhões ao mês. Esse montante quase alcança o valor atual da dívida pública de R\$ 5,62 trilhões. A maior parte do Orçamento da União é destinada à manutenção do parasitismo financeiro. Cálculos atuais indicam que o buraco dos últimos doze meses alcançou R\$ 444,7 bilhões, 6,32% do PIB.

Como a burguesia, o governo e o Congresso Nacional respondem? Responsabilizam a Previdência. Mas, a sua reforma não resolverá o déficit, como reconhece o próprio Bolsonaro. Guedes apresenta uma via complementar: privatizar. Em sua estimativa, apresentada a um grupo de empresários, afirma que seu plano de privatizações equivale a mais de R\$ 1 trilhão. Faz parte do plano macabro, acabar com a estabilidade do funcionalismo, e realizar um rebaixamento dos salários. Pretendia, ainda, recriar o imposto CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira), que atinge a movimentação bancária de toda a população.

Nota-se que as grandes medidas giram em torno da dívida pública e do bárbaro montante de juros. Caso a recessão e a permanência do excedente de produção, bem como a queda dos salários, não tivessem mantido a inflação baixa, o que permitiu ao Banco Central reduzir a taxa de juros (Selic) a um dos patamares mais baixos, o País estaria em situação de quebra.

O governo atira, sem piedade, contra os explorados, e avança vorazmente contra as estatais, porque potencialmente o Tesouro Nacional está exaurido. Os capitalistas necessitam da intervenção do Estado sobre as forças produtivas para lhes abrir negócios. As condições de superprodução e guerra comercial impossibilitam movimentar seus capitais. Contraditoriamente, recorrem a ganhos parasitários, se valendo da dívida pública. De maneira que crescem as pressões do imperialismo sobre o País, que, por sua condição semicolonial, empenha seus recursos financeiros, em grande medida, na própria dívida pública.

Os liberais e ultraliberais afirmam que o Brasil precisa se livrar o “Estado empresarial”, entregando as estatais para a iniciativa privada, e se limitando a dirigir os seus recursos às áreas de sua competência, em especial, à infraestrutura. Com ou sem estatal, sempre o Estado é empresarial. Mas, fiquemos nos termos retóricos de seus formuladores. O maior negócio que a burguesia tem com o Estado é a dívida pública. Esse é historicamente um dos principais fundamentos do “Estado empresarial”. Basta analisar o histórico do endividamento, para se concluir que serviu aos capitalistas. O centro desse Estado, hoje, se resume em como manter o parasitismo finan-

ceiro. A desestatização não modificará, na essência, o Estado empresarial, tão-somente o deixará ainda mais à mercê dos monopólios e do imperialismo.

A burguesia de conjunto está enfileirada em torno a essa diretriz pró-imperialista. O que evidencia o quanto o seu entrelaçamento com o capital externo a fragilizou e a tornou completamente antinacional. Mais precisamente, o quanto fragilizou as forças produtivas internas, e o quanto as vem estancando e desmoronando.

A resposta da classe operária é outra. O fato de estar desorganizada e controlada pela política burguesa não significa que não tenha uma posição de classe distinta da traçada pelos

Os vínculos das reformas trabalhista e da Previdência com a dívida pública são absolutamente claros, bem como com o programa de privatizações. A bandeira de não pagamento da dívida pública e de fim da assombrosa carga de juros pode ser o ponto de partida para se erguer um movimento que avance a luta anti-imperialista, e clareie para a maioria oprimida o programa revolucionário de expropriação da burguesia.

seus exploradores. Ao contrário, cada vez fica mais visível que não pode combater as contrarreformas sem encarnar as respostas estratégicas que a crise estrutural do capitalismo exige. Os vínculos das reformas trabalhista e da Previdência com a dívida pública são absolutamente claros, bem como com o programa de privatizações. A bandeira de não pagamento da dívida pública e de fim da assombrosa carga de juros pode ser o ponto de partida para se erguer um movimento que avance a luta anti-imperialista, e clareie para a maioria oprimida o programa revolucionário de expropriação da burguesia.

Não se pode confiar um fio de cabelo no reformismo. O PT esteve no poder e serviu aos parasitas da dívida pública. O que não quer dizer que a vanguarda não exija, perante a classe operária e a maioria oprimida, que os sindicatos, centrais e movimentos, sob seu controle, se coloquem sob a bandeira anti-imperialista, e pela libertação das forças produtivas da camisa de força da dívida pública.



Mais um passo da ofensiva antinacional

Diz o presidente da Petrobras que “a demanda por petróleo cresce menos, estagne, ou até caia no futuro”. Esse prognóstico profético tem um motivo. Correr com os leilões do pré-sal. O esperto burocrata estaria, assim, fazendo um bom negócio para o Brasil. Estima-se que as três licitações de petróleo e gás renderão R\$ 237 bilhões. Bolsonaro-Guedes estão exultantes.

O Congresso Nacional negociou e renegociou a divisão dos recursos entre União, estados e municípios. Evidentemente, na barganha, o Nordeste e o Norte não poderiam receber, proporcionalmente, mais que o Sudeste e Sul. A bizarra transação, ocorrida na Câmara dos Deputados e Senado, transformou a estimativa inicial de São Paulo, de R\$ 93,9 milhões, para R\$ 632 milhões. Por aí se vê como se realiza a

precedente. O lado frustrante é que o dinheiro vai acabar se perdendo no pagamento da dívida pública.” Conclusão do frustrado comentarista: não há o que fazer! É líquido e certo que o dinheiro vá para o ralo da dívida e outros desperdícios. E se não fosse? Não mudaria o sentido do entreguismo e da desnacionalização. A receita do leilão, de qualquer maneira, iria parar nas mãos do capital financeiro e de outros setores da burguesia parasitária.

Os entreguistas ocultam que estão enfraquecendo a capacidade da economia nacional de reagir diante da crise estrutural do capitalismo mundial e do saque imperialista, que se intensifica mais e mais com a guerra comercial. Quando se diz que libertar o Estado da participação, direta ou indireta, em 637 empresas, e que já é um bom começo a lista de 133

É líquido e certo que o dinheiro vá para o ralo da dívida e outros desperdícios. E se não fosse? Não mudaria o sentido do entreguismo e da desnacionalização.

estatais a serem privatizadas, se está livrando o País das travas do “Estado empresário”, se está reconhecendo, de fato, que a burguesia nacional é impotente, e que se deve colocar o Estado a serviço

trama federativa. O fundamental, no entanto, é que as petroleiras monopolistas vão se locupletar de mais um imenso lençol petrolífero e de gás. Tudo indica que as multinacionais norte-americanas e as chinesas vão estar à frente da disputa. Será mais um golpe na Petrobras, que perdeu capacidade de controle sobre as reservas do Pré-Sal. Logo mais, o governo, ou o próximo, a colocará na lista das privatizações, como a que estão a Eletrobras, Correios, etc.

A desnacionalização se tornou não apenas algo normal, mas também desejável. A premissa dessa conclusão é a de que o Brasil não tem recursos próprios para tocar sua economia. Então, não há porque obstaculizar o capital externo, cujo excedente de trilhões de dólares está à procura de valorização sem risco. Como a privatização está vinculada às pressões da dívida pública sobre o Tesouro Nacional, rebaixa-se o valor dos recursos naturais e do capital fixo interno. Um desses especialistas explicou ao jornal O Estado de São Paulo: “A geração de receita estimada para esses leilões não tem

do poderoso capital imperialista. A estatização e a dívida pública foram obras da burguesia nacional. Essa contradição se tornou insuportável, diante das recorrentes crises, que se agravaram desde meados dos anos 1970. O imperialismo já não pode alimentar essa via de desenvolvimento interno, que vem do passado nacionalista (ou seminacionalista). E a burguesia brasileira, por sua vez, não tem outra solução, a não ser entregar o patrimônio nacional ao capital monopolista e financeiro.

Em particular, a repartição da receita dos leilões em benefício do Sudeste e Sul traz à tona o desenvolvimento desigual da unidade nacional. As frações oligárquicas do Nordeste e Norte seguem as diretrizes pró-imperialistas da oligarquia financeira do Sudeste e Sul. Como se vê, a defesa das estatais e a reestatização das já privatizadas, sem indenização, é parte da luta dos explorados contra o pagamento da dívida pública e das contrarreformas. Está no mesmo terreno da resistência anti-imperialista.

Governo engatilha novo ataque

Sob a máscara de “reforma administrativa”, Guedes e Maia miram o funcionalismo federal. Dizem que se trata de “modernização do Estado”. O Plano abrange, segundo seus criadores, uma reforma tributária, flexibilização de orçamento, desindexação de gastos, etc. Os bandidos estão requentando o velho bordão do “pacto federativo”. A reforma tributária não vai longe. Guedes pretendia reabilitar o imposto CPMF. A meta, de fato, é acabar com a estabilidade do funcionalismo, escancarar as portas para a terceirização, reduzir os salários, e instituir uma lei antigreve. Se esse plano for aprovado, o governo ficará com as mãos livres para demitir.

O governo recorreu ao Banco Mundial para dar a fórmula: congelamento salarial por três anos, diminuição do número de servidores, e redução dos salários aos novos contratados.

O argumento é tentador: “A União paga o dobro do salário do setor privado”. Eis os dados: 44% dos servidores do executivo recebem mais de R\$ 10 mil mensais; 22%, acima de R\$ 15 mil; 11%, mais de R\$ 20 mil; 1%, acima do teto de R\$ 33.763. Segundo o mesmo estudo, a folha de pagamento geral (Executivo, Legislativo e Judiciário) perfaz R\$ 725 bilhões, 10% do PIB, que corresponde a 11,5 milhões de servidores (dados de 2017).

Nota-se que a maioria, 66%, recebe entre R\$ 10 mil e R\$ 20 mil. E 12%, de R\$ 20 a acima de R\$ 33.763. Entre essa faixa menor estão os juízes que, com vantagens, ganham acima de R\$ 39,3 mil. Os magistrados chegam a receber R\$ 46.226. Há uma desconformidade entre os altos salários do ápice da pirâmide e os da base. O valor do salário mínimo é de R\$ 998. Uma família de 4 pessoas necessitava, em março, de R\$ 4.277,04, segundo

cálculos conservadores do Dieese. Os 44% dos federais que recebem entre R\$10 mil e R\$15 mil, estão na casa dos que vivem com 2,33 salários mínimos e 3,50 salários mínimos do Dieese. Significa que a maioria será penalizada pela “reforma administrativa”. A minoria continuará coberta de privilégio.

A comparação deve levar em conta que os explorados do setor privado ganham muito pouco. Milhões mal conseguem sobreviver. Fazem parte desse contingente de miseráveis, 44,5 milhões, que recebem menos que 1 salário mínimo (dados de 2016). O problema deve ter como ponto de partida o salário mínimo real, e não o nominal. A propósito, é alarmante a concentração de renda no País. “Um quinto, ou 20%, de toda a massa

de renda gerada era detida por 2,7% das famílias; no outro extremo, a faixa mais pobre, formada por 25% das famílias, do total de 69 milhões de famílias, absorvia apenas 5,5% de toda massa de rendimento e variação patrimonial.” (jornal O Estado de São Paulo)

A tendência do capitalismo é de ampliar o precipício entre a minoria rica e a maioria pobre. A resistência do funcionalismo - não só do federal - tem de incorporar a defesa do salário mínimo real, que deve levar em conta os cálculos do Dieese, e submetê-los ao critério da necessidade vital da família trabalhadora. Não se pode demorar em organizar a greve geral do funcionalismo contra a reforma administrativa, que é concebida para sustentar a dívida pública.

Abaixo a reforma sindical

Bolsonaro quer alterar a legislação que regulamenta o funcionamento dos sindicatos. Rogério Marinho, secretário especial da Previdência, esboçou um projeto, que tem por base extinguir o princípio da unicidade sindical e permitir que sindicatos funcionem por local de trabalho. Paulinho da Força, do partido Solidariedade, e Marcelo Ramos, do PL, foram encarregados pelos líderes da Câmara dos Deputados de apresentar uma PEC alternativa. Está, portanto, em marcha uma manobra entre o Executivo e Legislativo para impor a contrarreforma sindical. Feitas as reformas trabalhista e previdenciária, chegou a vez das forças burguesas no Estado desmontarem a estrutura burocrática sindical atual, e colocar uma pior ainda.

Segundo as discussões entre deputados, centrais e associações patronais, chegou-se à base comum de que o “acordado deve prevalecer sobre o legislado”. O que significa abolir de vez os acordos coletivos de trabalho, que cobriam categorias e ramo de produção. Os sindicatos por empresa seriam mais compatíveis com a reforma trabalhista e, portanto, com o desmonte da CLT. A isso, os governistas chamam de modernização e legitimação na representação sindical.

Um dos pontos da reforma sindical foi adiantado pela ditadura civil de Temer. Nas entranhas da reforma trabalhista, foi introduzida a extinção do imposto sindical. De nada adiantou que a Força Sindical e suas aliadas tivessem oferecido a quebra do movimento de abril de 2017, em troca da retirada do fim do imposto sindical. O governo e os partidos da burguesia sabiam perfeitamente que a obstrução dessa fonte de renda levaria

a burocracia das centrais a se curvarem diante da contrarreforma sindical, que há tempo vem sendo gestada.

Ao desembaraçar o patronato da obrigatoriedade de seguir a premissa dos acordos coletivos, abriu-se o caminho para pôr em prática a inversão do princípio do primado do legislado sobre o acordado. Se os acordos passam a ser individuais, ou seja, do sindicato com o patrão de cada unidade fabril, não há por que manter o princípio constitucional da unicidade sindical.

O problema não se encontra na legislação sindical, imposta pelo poder da burguesia, mas sim na profunda burocratização dos sindicatos, no seu controle por uma casta burocrática, pela eliminação da democracia operária e pelo seu afastamento das massas trabalhadoras.

A PEC 161 dos deputados Paulinho e Marcelo vai ao encontro da reforma trabalhista, embora não tenha por objetivo explícito acabar com a unicidade sindical. Pretende claramente reconstituir o imposto sindical pelo que se denomina “taxa negocial”. Com esse expediente, os sindicatos capazes de fazer acordos com a patronal teriam direito a uma porcentagem. Segundo informação, os responsáveis pelo projeto do Congresso Nacional pensam em constituir um Conselho Nacional do Trabalho, formado paritariamente entre sindicato dos trabalhadores e associações patronais. Como se vê, está nas mãos da burocracia sindical, das corporações capitalistas e dos deputados decidirem o que é mais

ou menos representativo.

Essa movimentação por cima da classe operária conduz a um maior espoliação e enfraquecimento dos sindicatos. No Congresso da CUT, a essência da tese aprovada é a de que o proletariado está desagregado pelas novas tecnologias e pelas consequentes mudanças nas relações de trabalho. Os burocratas, então, recorrem ao modelo de sindicalismo alemão, mais adequado à colaboração de classes. Outros acham que se pode adotar o norte-americano. Impera um verdadeiro desatino.

Há que levantar a bandeira de “Abaixo a reforma sindical”, “Nem a reforma do governo, nem a reforma do Congresso Nacional”. Cabe apenas à classe operária discutir e decidir sobre o funcionamento de suas organizações. O problema não se encontra na legislação sindical, imposta pelo poder da burguesia, mas sim na profunda burocratização dos sindicatos, no seu controle por uma casta burocrática, pela eliminação da democracia operária e pelo seu afastamento das massas trabalhadoras. O problema está na ausência de independência diante da política burguesa. Está na política de colaboração de classes. E está nas traições, como tivemos no fechamento da Ford, no desmonte da luta contra as reformas de Temer e Bolsonaro, e nos acordos de flexibilização capitalista do trabalho.

Nada de reforma sindical! Nada de ingerência da burguesia e seus agentes do Congresso Nacional no funcionamento dos sindicatos. Nada de substituir o autofinanciamento feito pela associação espontânea e consciente dos trabalhadores por mecanismo de arrecadação ditado por normas de Estado.

Volkswagen Anchieta: rechaçar o lay-off. Defender a redução da Jornada, sem redução de salários

Na assembleia de 24 de setembro, os trabalhadores na Volks aprovaram a renovação do acordo de final de semana. O acordo estabelece que quem trabalhar aos sábados e domingos terá adicional de 100%, e uma folga durante a semana. O coordenador da representação, Wagner Lima, informou que haverá lay-off (suspensão temporária do contrato de trabalho) para mais de 1.400 trabalhadores, em 2020, e férias coletivas para os dois turnos com início em 2 de dezembro. O lay-off começa logo após as férias coletivas, com retorno previsto para maio ou junho. Wagner Lima concluiu dizendo *“Mas podem ter confiança neste sindicato e nessa representação, que não vai ter demissão”*.

Perguntamos: Algum companheiro ainda acredita nessa conversa fiada?

A coordenação da comissão de fábrica se reúne com a direção mundial da Volks

De volta a São Bernardo, a coordenação sindical defende e aprova em assembleia a proposta de reestruturação e redução de custos exigidos pela montadora. Em troca de um novo modelo de carro a ser produzido, a coordenação tem negociado os acordos de demissão em massa, terceirização, redução da jornada com redução de salários, banco de horas, lay-off, etc. Foi o que aconteceu agora. Em 28 de agosto, o sindicato se reuniu com a direção mundial da montadora na Alemanha, para discutir a situação geral da fábrica e novos investimentos para a planta de São Bernardo.

Basta ver o lucro da Volkswagen em 2018 para entender que a representação sindical, ao informar e defender o lay-off, a suspensão dos contratos de 1.400 operários, mais uma vez, está defendendo os interesses da multinacional e

não os trabalhadores. Com o lay-off, a Volkswagen reduz seus custos, os trabalhadores perdem direitos, sobrecarrega os trabalhadores, que ficarão trabalhando, e o pior, os companheiros ficam em casa sofrendo todo tipo de pressão da empresa para que se desliguem, ou sejam demitidos diretamente.

Se o coordenador da representação sindical, Wagner Lima, e o sindicato tivessem de fato interessados em defender os postos de trabalho, mostrariam aos operários os lucros de bilhões, obtidos pela multinacional no último ano. Segundo a revista Valor Econômico, de março de 2019, o lucro da Volkswagen cresceu 5,8%, em 2018, somando 11,8 bilhões de euros (US\$ 13,30 bilhões).

Como podemos ver, a Volks obteve muito lucro. Por que então o sindicato trouxe e defendeu a proposta de lay-off da empresa, suspender o contrato de trabalho de 1.400 trabalhadores, até junho de 2020?

Os companheiros devem rechaçar a proposta de lay-off. Devem dizer não à suspensão dos contratos de trabalho, e exigir que a direção do sindicato convoque uma assembleia geral dos metalúrgicos do ABC. Unificar a luta dos trabalhadores da Volks, da FORD e demais empresas que estão demitindo. Devemos lutar em defesa da redução da jornada sem redução de salários. Defender a escala móvel das horas de trabalho, que significa a divisão das horas necessárias entre todos os trabalhadores, empregados e desempregados.

Os companheiros da Volks e demais empresas devem se organizar, construir grupos de oposição em todos os setores, organizar as comissões de fábricas classistas e revolucionárias. É necessário expulsar a representação e dirigentes vendidos, e resgatar os sindicatos para a luta de classes.

Número de trabalhadores por conta própria e sem carteira assinada bate novo recorde

O título acima expressa os últimos dados publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no dia 27 de setembro. De acordo com a pesquisa, o emprego formal manteve-se estável, com o índice de 11,8% no trimestre, que encerrou em agosto, e representa 12,6 milhões de desempregados. Mas, o número de pessoas vivendo sem carteira assinada e por conta própria aumentou, batendo um novo recorde desde 2012, quando teve início essa modalidade de pesquisa. São expressivos 24,3 milhões de pessoas, vivendo por conta própria, o que representa um aumento de 4,7% em relação

ao mesmo período de 2018. Já o número dos trabalhadores sem carteira assinada não ficou atrás, atingiu o índice de 11,8 milhões. Ou seja, são mais 661 mil trabalhadores nessa condição.

Está aí a mais cruel realidade. Milhões sem trabalho; milhões na informalidade. As direções sindicais se limitam a denunciar. Não há nenhuma campanha para impulsionar a luta pelo emprego formal. A situação tende a piorar, conforme avança a aplicação da reforma trabalhista. O que vimos no Congresso da CUT é a naturalização da informalidade e dos diversos tipos de trabalho precário. A burocracia sindi-

cal alega que os “impactos tecnológicos” criaram uma nova “classe trabalhadora”, e que a tarefa dos sindicatos é a de se “modernizar” para agregar esse novo trabalhador. Portanto, não se trata, de fato, do combate à informalidade e à precarização e da defesa do trabalho formal a todos.

Ao contrário, o Boletim Nossa Classe faz campanha junto aos operários em defesa do emprego a todos e da revogação da reforma trabalhista. Levanta a bandeira de redução da jornada, sem redução dos salários, para que haja emprego a todos aptos ao trabalho.

CAOA E FORD jogam contra os metalúrgicos

A promessa de que a empresa Caoa iria fechar a compra a planta da Ford de São Bernardo não se concretizou. Os 15 dias prometidos pelo governo Doria/PSDB se esgotaram no último dia 4, e nada de resposta. Os operários, com certeza, estão apreensivos com a demora em solucionar o problema. É sabido que a Caoa quer comprar a unidade, desde que o governo abra mão de impostos, e que não tenha de recontratar os operários que eram da antiga Ford.

O sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo, dirigido pela CUT, está calado. A tarefa mais importante já foi cumprida pelos burocratas, que era a de suspender o movimento e aceitar as demissões. As únicas vítimas do fechamento da Ford são os operários que perderam seus empregos. Certamente, a Caoa exigirá mais do governo para arrematar a multinacional norte-americana. Está aí mais uma traição da burocracia do sindicato.

Mais um ataque aos direitos dos trabalhadores

O governo direitista de Jair Bolsonaro anunciou que estuda uma Medida Provisória (MP), para acabar com a taxa de 10% sobre o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Esse é o percentual que os patrões são obrigados a pagar ao governo quando da demissão sem justa causa do empregado. Esse dinheiro serve compor o programa de financiamento da casa própria. Segundo o governo, são 6 bilhões a menos para essa finalidade.

A retirada dos 10% de multa sobre o FGTS só tem uma finalidade: permitir que os patrões possam demitir os trabalhadores com um custo menor. O impacto dessa medida poderá atingir milhares de trabalhadores na construção civil, nas empresas de insumos da construção e no comércio.

Como se vê, trata-se mais uma medida para atender aos interesses dos patrões. Aos trabalhadores, apenas miséria, desemprego e maior dificuldade para conseguir sua casa própria. A dificuldade já é gigantesca, pois, o dinheiro do trabalhador é desviado para o bolso das construtoras. Aos trabalhadores, ficam as dívidas infinitas e a perda, à curto prazo, de sua moradia que, por falta de pagamento, são leiloadas.

IMPORTÂNCIA DA GREVE NA GM DOS EUA

Em 16 de setembro, 50 mil operários de General Motors (GM), dos Estados Unidos, paralisaram mais de trinta plantas industriais da multinacional. Exigiram da patronal um novo Acordo Coletivo, discutido e aprovado em assembleias, bem como melhorias salariais, reabertura de fábricas fechadas, e que a empresa arque com prestações médicas e previdenciárias.

A resposta da patronal foi a de oferecer um «bônus» por «cumprimento de objetivos». Ou seja: pagar por produtividade, sem contabilizar esses «ingressos extras» como parte do salário. Além disso, rejeitou recontratar os suspensos e demitidos. Disse, ainda, que deveriam ser os próprios operários que pagassem a mais pelas prestações médicas e previdenciárias.

Fracassadas as reuniões, o sindicato *United Auto Worker* (UAW) deflagrou a greve: a primeira que acontece, após 12 anos. Em 2007, a greve foi derrotada pela traição da burocracia sindical. As brutais consequências da traição se projetaram em 2018, quando a GM anunciou o fechamento de cinco fábricas e a demissão de 14,5 mil operários. A «reestruturação» se fez sentir também na Argentina (1,5 mil operários suspensos), e no Brasil (demissões e lay-offs). Enquanto isso, a empresa obteve lucros extraordinários, durante a década passada.

O principal obstáculo à vitória dos grevistas reside na direção da burocracia da UAW, que tem feito de tudo para desmontar a greve. Mantém negociações secretas com a empresa, e evita mobilizar as bases operárias que dirige na Ford e Fiat-Chrysler (que também estão sob ataques), evitando assim projetar uma luta nacional do operariado da indústria automobiliz norte-americana.

Apesar das manobras, a greve tem conseguido se manter em pé por um mês. Sua força reside em que foram as bases operárias que impuseram a paralisação à burocracia, decidindo mantê-la. Instintivamente, sabem que, se arrefecem a luta, pagarão com seus direitos e conquistas pela crise dos capitalistas. No entanto, não

conseguem traduzir esse instinto de classe em política revolucionária. Falta-lhes a direção capaz de cumprir essa tarefa.

Resgatemos um exemplo de quanto a ausência de uma direção revolucionária impede as tendências de luta se potencializar e estender sob um programa claro de combate aos capitalistas. Se a greve dos operários da GM, em São José dos Campos, tivesse triunfado, sua experiência teria fortalecido os grevistas nos EUA, assinalando a via para derrotar os capitalistas e romper o cerco burocrático. No mesmo sentido, a extensão da greve naquele país hoje cria condições favoráveis para seja retomada da luta em São José dos Campos. A vitória dos metalúrgicos dos EUA servirá a toda classe operária, e, em especial, ao operários da GM, golpeados vários países. Coloca-se a necessidade de avançar unidade operária por cima das fronteiras nacionais, na base de uma frente única e um plano de luta comum para enfrentar a multinacional.

Está aí por que é essencial à política revolucionária compreender e assimilar que cada greve e cada luta parcial que surge em uma local ou fábrica de um país determinado, pela sua dinâmica interna e pelas relações estabelecidas pelo capital monopolista, acabam, mais cedo ou tarde, se manifestando como um elo da luta do proletariado mundial.

A tarefa da vanguarda revolucionária é de projetar a unidade da classe, partindo de suas reivindicações comuns, desenvolvendo, em cada luta parcial, as tendências que lhes permitam superar os particularismos regionais, culturais e nacionais. E batalhar, decidida e incansavelmente, pela reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista a IV Internacional, dando passos firmes e decididos para a superação da crise de direção mundial do proletariado. As greves operárias na maior potência despertam interesse nos explorados dos países que são submetidos pelo imperialismo. O fortalecimento do movimento operário nos EUA influenciará enormemente na luta de classes mundial.

Pernambuco

Contra a privatização dos metrô, retomar a construção da greve geral

Em maio, o governo Bolsonaro anunciou as empresas que estão na mira das privatizações, os metrô estão entre elas. A privatização do Metrô DF é prevista para 2020; no primeiro semestre de 2021, a Trensurb (Rio Grande do Sul) deve ser vendida e, no semestre seguinte, a Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), da qual fazem parte os sistemas de Belo Horizonte, Recife, João Pessoa e Natal. Em São Paulo, Doria já sancionou uma lei para o Metrô criar subsidiárias, e se associar a empresas privadas, para execução, construção e operação metroviária. O metrô do Rio de Janeiro já é privatizado, tem altas tarifas, escassez de pessoal e baixos salários.

de um “staff” em Brasília, para fazer lobby, e a valorização das audiências públicas, no Congresso Nacional.

Lançamento do Comitê no Recife

No dia 26 de setembro, o Sindmetro de Pernambuco, convocou a formação de um Comitê em defesa do Metrô, na praça da greve (estação Recife). Estiveram presentes, associações de moradores, sindicatos, parlamentares, partidos (PT, PCdoB, PSOL, PSTU, POR), e centrais (CUT, CTB, Intersindical, CSP-Conlutas).

Nas intervenções, predominaram as denúncias aos ataques que o sistema metroviário vem sofrendo, através de cortes

orçamentários. Um integrante da Federação Nacional dos Metroferroviários (Fenametro) demonstrou que já há uma articulação nacional e solidariedade com outras categorias. Um trabalhador, falando em nome do Comitê em Defesa das Empresas Públicas-PE, denunciou que trabalhadores da Companhia Pernambucana de Saneamento (Compesa)

e Companhia Pernambucana de Gás (Copergás) já vêm sofrendo com a privatização gradual, por meio de concessões, que tornaram estas companhias mistas. O sindicato dos trabalhadores do setor elétrico (SETETE-PE) também denunciou que, na Companhia de Eletricidade de Pernambuco (CELPE), a gestão é da Neoenergia, que tem como acionistas fundos de investimentos e a companhia espanhola Iberdrola.

Todas as colocações tinham a insatisfação coletiva com o atual governo, algumas pontuaram a disposição de luta nas diversas categorias, devido à privatização do metrô ser parte de um plano geral de privatizações de Bolsonaro/Guedes, apontavam assim para uma “unidade” que permita a defesa da “soberania nacional”. Mas, as forças ligadas ao reformismo e estalinismo, como PCdoB-CTB, PT-CUT e PSOL-Intersindical, em suas conclusões, se limitaram a dizer que estavam juntos na luta. Recusaram a se colocar pela tarefa de retomada de construção de uma greve geral, para unir todos os setores que vêm sendo atacados em nível local e nacional, possibilitando assim a defesa coletiva.

O PSTU/CSP-Conlutas defendeu o metrô público, sob controle operário, retomada da greve geral e frente única de luta,

(...) as forças ligadas ao reformismo e estalinismo, como PCdoB-CTB, PT-CUT e PSOL-Intersindical, em suas conclusões, se limitaram a dizer que estavam juntos na luta. Recusaram a se colocar pela tarefa de retomada de construção de uma greve geral, para unir todos os setores que vêm sendo atacados em nível local e nacional, possibilitando assim a defesa coletiva.

Como preparação para a entrega ao capital privado, os metrô estatais estão sofrendo com o corte de verbas e aumento de tarifas. Recife ilustra bem a situação. Em 2018, do orçamento previsto para a manutenção, de R\$ 130 milhões, apenas R\$ 104 milhões foram liberados. Em 2019, da previsão de R\$ 98 milhões, com os cortes, apenas R\$ 56 milhões estão garantidos. O efeito é de aumento da precarização. Só em 2019, foram 77 panes, uma média de dez por mês. Dos 40 trens existentes, somente 26 estão em uso. Ao mesmo tempo, foi aprovado um aumento escalonado na tarifa, que passou de R\$ 1,60 para R\$ 2,10, em maio; R\$ 2,60, em julho; R\$ 3 em setembro; e deve chegar a R\$ 4, em março de 2020. Para os metroviários, a situação é de piora nas condições de trabalho. Há demissões, e os concursados não são convocados, atuando como terceirizados com salários 38% menores, para executarem as mesmas funções.

Como resposta, os sindicatos de metroviários estão formando comitês estaduais em defesa dos metrô. Pelas resoluções do Seminário, realizado pelo sindicato de MG, nota-se que, ao lado da busca de centralizar a categoria nacionalmente e fazer alianças com outros movimentos, prevalece a ilusão de reverter as privatizações no parlamento, por meio da manutenção



mas, ao mesmo tempo, foi incapaz em expor a responsabilidade das próprias centrais, na traição que levou à aprovação da reforma da Previdência. A recém-eleita direção do sindicato dos rodoviários (PSOL/CSP-Conlutas) esteve presente, e prestou solidariedade ao comitê. Sinalizou que, nas próximas greves gerais, o transporte do Recife vai parar para valer.

A fala de Pedro Joseph (PDT), em nome da Frente de Luta pelos Transportes Públicos, mostrou a submissão às vias institucionais. Comemorou a abertura de uma “consulta pública” do Governo do Estado, sem mencionar o real teor: “Você estaria disposto a pagar mais para usufruir dos ônibus climatizados? (o valor da tarifa aumentará entre 3 e 5 centavos por ano)”. É de urgente necessidade que o comitê em defesa do metrô desenvolva uma atuação que preze pelos métodos próprios da classe operária, a ação direta, caso contrário, se limitará a este tipo de atuação eleitoreira.

O POR interveio, mostrando que o ponto de partida da luta deve ser o balanço da derrota com a aprovação das reformas trabalhista e Previdenciária. Sem este balanço, não será possí-

vel erguer um movimento com reais condições de preservar os metrô públicos, os empregos e os direitos. Mostrou que canalizar o movimento para o parlamento e o eleitoralismo é uma traição, que levará a mais derrotas. Analisou que a privatização dos metrô é parte do plano ultraliberal, que inclui várias empresas estatais, universidades e a Base de Alcântara. Isto condiciona a necessidade de uma frente única anti-imperialista. Os comitês e assembleias devem assumir a tarefa de reconstrução da greve geral. A militância montou banca, piqueteou o Jornal MASSAS, e distribuiu manifestos, referentes aos congressos da CUT e CSP-Conlutas.

O ato de lançamento concluiu com atividades culturais. Ainda não houve o chamado para ações práticas unitárias. O POR sinalizou a disposição em contribuir para que o comitê em defesa do metrô conflua para a construção desta frente única anti-imperialista, e da retomada da greve geral. Sem esta orientação, a iniciativa dos metroviários permanecerá como resposta corporativa, restrita à disputa institucional, e o resultado será a imposição dos planos de Bolsonaro.

Escolas cívico-militares

Doria segue alinhado a Bolsonaro

O governador de São Paulo, João Doria, tentou, nos últimos meses, se afastar do bolsonarismo. A tentativa de afastamento veio, principalmente, nas questões relativas ao meio ambiente e nas declarações estapafúrdias de Bolsonaro sobre a ditadura militar e a morte de Fernando Santa Cruz. Para as pretensões de Doria, de concorrer às eleições presidenciais de 2022, é preciso se diferenciar do ultradireitista e militarista Bolsonaro. No entanto, suas posições reacionárias acabam confluindo com a do bolsonarismo. É o caso das escolas cívico-militares e das questões relativas a gênero. No mês passado, Doria mandou retirar das escolas estaduais uma apostila que supostamente fazia propaganda da “ideologia de gênero”; no mesmo dia, Bolsonaro disse que determinou que o MEC criasse um projeto de lei para que as escolas fossem proibidas de tratar questões de gênero e sexualidade no ensino fundamental. Poucos dias depois, a justiça determinou a devolução das apostilas para as escolas.

As escolas cívico-militares são outro ponto de convergência entre ambos. No mês de julho, o MEC lançou o programa das escolas cívico-militares, onde os estados deveriam aderir de forma voluntária, para receber cada um deles uma escola, por ano, até o final do mandato, a meta era de 108 escolas. Pouco depois, o MEC ampliou o projeto para 216 escolas. Ao final do prazo, 15 estados e o distrito Federal aderiram ao programa, todos do sul, Norte e Centro-Oeste, além dos estados de Minas Gerais e do Ceará, governado por Camilo Santana, do PT. Alguns dias depois, o governo de São Paulo fez uma solicitação para que o MEC ampliasse o prazo de adesão, e declarou sua intenção em participar do programa.

O programa pretende distribuir R\$ 1 milhão por escola, por ano, para pagamento dos oficiais das Forças Armadas, ficando para os estados e municípios a manutenção das escolas, uniformes etc., caso não exista agentes das Forças Armadas, o dinheiro vai para os estados pagarem os policiais estaduais. O projeto ainda diz que cabe às Forças Armadas, polícias e corpo de bombeiros, apenas a parte administrativa e disciplinar, ficando a parte pedagógica para as equipes da secretaria de educação. Os estudantes, por sua vez, deverão seguir as



regras determinadas pelos militares: uso de fardas, filas para entrar e sair da sala, cortes de cabelo padronizados, posição de sentido na entrada do professor, nenhuma demonstração de afeto público, etc., e o mais grave: a proibição de atividades políticas por parte dos estudantes do Grêmio. As escolas militares que já existem nos mostram o caminho que será seguido. Em uma escola de Anápolis, Goiás, no seu regimento consta que o Grêmio deve ser composto pelos estudantes, um membro do corpo docente, um membro a comunidade e um membro da equipe militar. É gritante a quebra de autonomia do movimento estudantil. Os grêmios são as unidades básicas da organização estudantil, são uma instituição essencialmente política, e têm como tarefa organizar os estudantes e lutar por suas reivindicações de forma independente da direção, dos governos e das forças policiais.

Bolsonaro e Weintraub avançam com o projeto das escolas cívico-militares com certa facilidade. Até agora, não vimos uma resistência séria por parte das organizações estudantis, docentes e dos setores ligados à esquerda. O Partido dos Trabalhadores está calado diante da aceitação do projeto pelo seu governador do Ceará. É fundamental que o movimento estudantil, particularmente os secundaristas, se organize, para rechaçar mais um projeto autoritário e militarista de Bolsonaro. É parte dessa luta a defesa da escola pública, gratuita, laica, científica e vinculada a produção social.

Ceará

Governo Camilo Santana-PT se direitiza ainda mais

O governador Camilo Santana (PT/PDT) vem inclinándose à direita, seguindo o mesmo percurso de outros governadores petistas, a exemplo do privatista Rui Costa, na Bahia. Atualmente, às privatizações, cortes de gastos em respeito à lei de responsabilidade fiscal, às parcerias público-privadas (PPP), somam-se agora medidas mais reacionárias, como o apoio velado - junto com Cid Gomes - ao interventor Cândido Albuquerque, nomeado por Bolsonaro à reitoria da UFC, a adesão ao programa das escolas cívico-militares do MEC, e o apoio ao PL contra o terrorismo.

Diante desse giro cada vez mais à direita, a burocracia sindical responde contraditoriamente com a defesa do governo e combate de suas políticas reacionárias. Não pode compreender que o que está na base desse giro é a impossibilidade de governar para os capitalistas sem ao mesmo tempo sacrificar as condições de vida das massas.

Adesão ao programa de escolas cívico-militares de Bolsonaro

No dia 27 de setembro, a confirmação do MEC, de que o Ceará teria aderido ao programa de fomento às escolas cívico-militares, foi um duro golpe nas ilusões da burocracia sindical petista, especialmente nos dirigentes sindicais da educação. O Ceará foi o único estado do Nordeste a aderir, e o próprio MEC manifestou espanto. O reacionário ministro Weintraub chegou e dizer: “Tive até uma surpresa positiva, em dois estados que imaginei que não viriam, mas vieram”. A repercussão negativa obrigou o Palácio da Abolição a lançar uma nota. Nela Camilo diz: “Algumas pessoas têm me perguntado sobre o fato do Governo do Ceará ter aderido ao Programa das Escolas Cívico-Militares, do Governo Federal. Quero deixar bem claro que o Ceará não aderiu a nenhum novo modelo de educação, mas a um programa que prevê recursos federais para a construção de duas unidades de ensino. Aliás, o Ceará já possui três escolas militares, duas da PM, e uma dos Bombeiros, num universo de 728 escolas estaduais, sendo 252 de tempo integral (...)”. O MEC rebateu de-

clarando: “O Ministério da Educação reitera que o estado do Ceará manifestou formalmente interesse em aderir ao modelo da escola cívico-militar proposto pelo MEC. Este ministério recebeu, no dia 27 de setembro, o documento assinado pela secretária de Educação do estado do Ceará, Eliana Nunes Estrela”.

Como se pode ver, não há dúvidas quanto à adesão. O que Camilo reitera é que sua adesão ao programa não representa uma adesão a um novo modelo de ensino. Em outras palavras, segue o princípio das escolas em tempo integral, ao invés de travar um combate às reacionárias escolas militares, as apoia tacitamente. Longe de denunciar este modelo, a adesão sugere a viabilização nos municípios, a exemplo de Maracanaú, na RMF.

Apoio à lei antiterrorismo pode levar à ilegalidade do MST

Após os ataques de facções contra ônibus, prédios, caminhões e escolas no mês de setembro, em razão de mudanças no sistema penitenciário, o governador, numa declaração dada no dia 25/09, disse ser preciso uma legislação punitiva mais rigorosa. Camilo caracteriza a ação das facções como “terrorista”, e apoia a tramitação do PL 10.431/18, atualmente na CCJ da Câmara de Deputados. Camilo tem contrariado a posição da própria bancada petista, que denuncia que a lei antiterrorismo pode enquadrar ativistas do movimento estudantil, popular, do MST, entre outros.

Diante desse giro cada vez mais à direita, a burocracia sindical responde contraditoriamente com a defesa do governo e combate de suas políticas reacionárias. Não pode compreender que o que está na base desse giro é a impossibilidade de governar para os capitalistas sem ao mesmo tempo sacrificar as condições de vida das massas. A crise, a guerra comercial e a crescente decomposição social obrigam o capital financeiro, atualmente, a operar uma virada direitista. Nesse movimento, arrastam até mesmo os governos petistas, cujo programa de reformas populares torna-se impossível. A tarefa da vanguarda militante é denunciar o reformismo vendido e lutar pela independência de classe, sob o programa da revolução proletária. Qualquer outra orientação serve ao eleitoralismo e ao bloqueio à luta de classes.



NOVA PUBLICAÇÃO DO POR:

Revista Proletária na Educação

O nono número da Revista Proletária revela os fundamentos ideológicos e objetivos econômicos que estão na base do avanço ao obscurantismo, à militarização e à privatização em todos os níveis do ensino. Desenvolve, fundamentalmente, as bandeiras e os métodos que estão na base do programa do proletariado, para construir uma nova educação produto da revolução proletária, e da construção do socialismo.

nº 9

Set 2019

Kroton tenta mascarar o monopólio

No *Jornal Massas* 594, publicamos um artigo que mostrava os caminhos do monopólio da Kroton, maior empresa de educação do mundo. Nele, apontamos o processo de concentração e monopolização dos diversos ramos da educação pela empresa, tais como ensino superior regular, EAD, livros didáticos e sistemas de ensino (com a compra da Somos Educação), ensino básico, etc. Também apontamos que a concentração se deu mesmo nos períodos de crise, através da compra de faculdades menores e quebradas. Por último, destacamos um importante elemento na concentração monopolista desta gigante da educação, a participação do Estado neste processo. Através do Prouni e Fies (transferência de recursos públicos para o setor privado), a empresa obteve lucros astronômicos. Só em 2018, faturou R\$ 5,5 bilhões, e lucrou R\$ 2 bilhões.

Acontece que, desde 2017, quando o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) vetou a compra da Estácio, a Kroton passou a mancomunar novos planos de negócios, como o ingresso no ensino básico e a divisão da empresa. No primeiro caso, comprou a Somos, e dobrou o número de estudantes atingidos, através dos sistemas de ensino e dos livros didáticos (segue sugando recursos do estado pelo PNLD).

No segundo caso, para mascarar seu monopólio, a Kroton anunciou, na segunda-feira (7), que dividirá a empresa em 4 partes, cada

uma delas cuidando de um setor educacional. As partes serão concentradas pela holding Cogna Educação. São elas: 1) Kroton: que seguirá monopolizando o ensino superior; 2) Saber: vai abarcar os cursos de línguas e escolas de educação básica; 3) Vasta: que irá oferecer serviços de gestão para escolas e material didático; 4) Platos: com serviços de gestão para ensino superior.

Muito do que essas empresas farão, já era feito pela monopolista Kroton, mas devemos prestar atenção nas empresas Vasta e Platos. A primeira surge para ingressar nas escolas públicas e particulares de educação básica. Já a Platos, surge no momento em que o governo federal Bolsonaro/Weintraub tenta implantar o projeto Future-se, que desonera o Estado do financiamento público das universidades e transfere para a captação privada. Nesse projeto, as universidades e institutos federais que aderirem terão uma Organização Social (OS) para gerir a instituição. É aí que entra a nova empresa da Kroton. A Platos foi criada para captar mais este filão de recursos do Estado.

É preciso que os movimentos ligados à educação rechaçassem o Future-se, e qualquer tentativa de ingresso do capital privado e dos grandes monopólios na educação. As universidades públicas devem ser financiadas exclusivamente com recursos do Estado.

Avança a censura na cultura

Após os cortes do governo Dória, em abril, Bolsonaro faz novo ataque ao setor, censurando peças e debates das estatais Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB) e Caixa Cultural. O presidente nega que se trata de uma censura, diz que a medida servirá para “preservar valores cristãos”.

Além das peças que já foram canceladas, novas regras exigem detalhes sobre o posicionamento político dos artistas, o comportamento deles em redes sociais, e que outros pontos sobre as obras constem de relatórios internos avaliados pela estatal, antes que seja

dado o aval para as peças de teatro, ciclos de debate e exposições já aprovadas em seus editais entrem em cartaz. Entre os principais temas de perseguição, estão as de questões gênero, sexualidade, sobre o período do regime militar e posicionamentos políticos, partidários e de críticas ao governo.

No mês passado, o presidente também encaminhou um projeto de lei de corte 43% do orçamento da Ancine, para 2020, procurando atender aos interesses ideológicos de seus principais aliados. O estrangulamento na cultura é o reflexo da crise, a burguesia neces-

sita, em momentos de queda econômica, de governos mais autoritários, como vem sendo o atual governo com medidas fascizantes. A liberdade de expressão, antes superficialmente permitida, começa a dar sinais de fechamento para calar qualquer expressão contrária ao governo Bolsonaro e, assim, justificar os cortes orçamentários.

A luta contra a censura se choca com o governo militarista e deve apoiar-se na mobilização massiva dos explorados, partindo das reivindicações mais sentidas, que inclui o direito à livre organização e expressão dos oprimidos.

**PÔR EM PÉ O PARTIDO MUNDIAL
DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA
RECONSTRUIR A IV INTERNACIONAL**



R\$ 35

**ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR
DE MASSAS**

Um Congresso inteiramente controlado pela política centrista do PSTU

O IV Congresso da CSP-Conlutas ocorreu entre 03 e 06 de outubro, em Vinhedo-SP, reunindo cerca de 1600 delegados de movimentos sindicais, populares e estudantis. A mesa de abertura reuniu os principais dirigentes das centrais, que conformaram a frente burocrática, com exceção da CUT, que se limitou a mandar uma nota de saudação.

Sem um balanço crítico da frente burocrática, que levou à derrota dos trabalhadores diante das reformas trabalhista e previdenciária, o Congresso aprovou a linha do PSTU. Entre as resoluções aprovadas estavam: 1) a “unidade de ação com todos os que querem derrubar Maduro”, desconsiderando a ação do imperialismo e da oposição burguesa; 2) a “luta contra a corrupção e confisco dos bens de todos os corruptos e corruptores”, negando a prisão política de Lula, o caráter de classe da justiça burguesa e o golpe de 2016; 3) a constituição da “frente de esquerda”, a exemplo da FIT argentina, como resposta eleitoral ao governo direitista de Bolsonaro; 4) a defesa da “taxa negocial” como uma medida “justa e democrática” para o financiamento dos sindicatos.

(...) o Congresso da Conlutas compareceu como apêndice da política centrista do PSTU. O fato de não criticar a frente burocrática mostra o quanto está adaptado às centrais traidoras. Está aí por que não pôde, mais uma vez, se constituir como uma direção classista, independente e de luta de classe, fundamentos que serviram de justificativa para a cisão da CUT.

Com essas posições, o Congresso da Conlutas compareceu como apêndice da política centrista do PSTU. O fato de não criticar a frente burocrática mostra o quanto está adaptado às centrais traidoras. Está aí por que não pôde, mais uma vez, se constituir como uma direção classista, independente e de luta de classe, fundamentos que serviram de justificativa para a cisão da CUT. Os agrupamentos, grande parte oriundos de correntes que no passado fizeram parte da Convergência Socialista ou do PSTU, hoje vinculadas ao PSOL, se opuseram às caracterizações que foram aprovadas, com exceção da frente de esquerda, no entanto, se mostram débeis diante da corrente morenista hegemônica.

Outro ponto fundamental estava na composição de classe do Congresso. A presença operária era extremamente reduzida, sob o controle do PSTU. Uma boa parte, era constituída por movimentos populares, também sob a condução do PSTU. Outra parte, era expressa pelo funcionalismo público, com forte presença no setor da educação. No geral, prevaleceu a despolitização e o seguidismo.

O Partido Operário compareceu defendendo a tese nº1, publicada no caderno do Congresso. Contou com poucos delegados, mas pôde expressar sua política no que se refere à situação mundial, à caracterização do governo Bolsonaro, ao balanço das duas grandes derrotas dos explorados, na luta pela independência de classe, no método da ação direta e na defesa da estratégia própria de poder da classe operária, o governo operário e camponês, resultado da revolução proletária.

Organização e discussões do Congresso

Primeiro dia

Organizado para ocorrer em três dias e meio, iniciando na quinta-feira, o Congresso já estabeleceu empecilhos para os trabalhadores que não tinham como faltar ao trabalho durante a semana.

Iniciou com uma saudação de centrais e dos partidos e depois da próxima Secretaria Executiva Nacional (SEN - direção da Central).

Causou surpresa o fato de que, entre as centrais convidadas para a abertura, estivesse a Força Sindical e que a CUT tenha mandado apenas uma nota geral de saudação. Tiveram fala, assim, a CGTB, a Nova Central, as duas frações da Intersindical, a CTB e a Força Sindical, além de uma organização chamada “Rede Sindical Internacional de Solidariedade e Luta”, constituída em 2013 na França. As falas, muito cordiais, ressaltaram a situação

de ataque aos direitos em nível nacional e internacional e destacaram o caráter diferenciado da Conlutas, que agrega trabalhadores dos movimentos populares e, segundo o dirigente da Força Sindical, que se “antecipa” em relação às “novas formas de organização” dos trabalhadores. Nenhum dirigente apontou a derrota evidente em relação à Reforma da Previdê-

dência e das derrotas do último período, como a aprovação da Reforma Trabalhista. Tais dirigentes que constituem o grosso da burocracia sindical não poderiam partir da caracterização das derrotas porque explicitariam a própria traição.

Em seguida, fizeram saudações os partidos presentes. O PSOL, POR e PSTU se pronunciaram. O militante do PSOL indicou que há desafios a serem enfrentados, ligados aos ataques aos direitos e à própria organização dos trabalhadores. Afirmou haver uma “guerra” e destacou que a operação Lava-Jato representou um ataque contra os trabalhadores e, nesse sentido, afirmou a defesa da liberdade de Lula como uma tarefa. Terminou destacando a necessidade de unificar a classe trabalhadora e destruir nas ruas o projeto de Bolsonaro. Tratava-se, nessa fala, de um militante da “Resistência” (antigo “Mais”); sabemos que os setores majoritários do PSOL apoiaram a Lava-jato.

O militante do POR apontou que a classe operária e maioria oprimida amargou duas profundas derrotas, as Reformas Trabalhista e da Previdência. Que tais derrotas decorreram da política de traição da direção dos movimentos de massas do país e da investida do capital financeiro, que atua sobre os governos. Essa mesma investida do capital financeiro e imperialista atuou no golpe de 2016 e segue no atual governo ditatorial. Que a greve de abril de 2017 e de junho de 2019 apontaram a disposição de luta, mas tal disposição foi refreada pelas direções burocráticas. A necessidade ainda presente é unificar os explorados por meio das reivindicações e dos métodos próprios da classe operária contra

as reformas, fazendo a ponte com um programa de expropriação do capital com a estratégia própria da classe que é a defesa do governo operário e camponês, a ditadura do proletariado.

A fala do PSTU centrou-se em apoiar a união dos trabalhadores, reforçando a necessidade de juntar todos os setores, destacando que a Conlutas é a central do conjunto dos movimentos. Que todos lutamos contra o estado capitalista, contra a sociedade capitalista, e que a central nasceu contra o governo Lula e, portanto, os trabalhadores da cidade e do campo precisam se unir nas lutas e não a partir das eleições. Que a unidade deve ser com todas as centrais e partidos da classe na luta e que precisamos de uma revolução no país. E, finalmente, que a tarefa central do momento é derrotar Bolsonaro/Mourão e seu projeto entreguista.

A direção da Central, a SEN, ressaltou a heterogeneidade da Central, que é da cidade e do campo, dos sindicatos e dos movimentos. Que a central enfrenta nesse momento um governo fascista, mas que realiza o Congresso em um momento de ascenso das lutas, com o “grande 8 de março”, com a greve geral de junho, e com a educação colocando milhões nas ruas. Que a Central se apoia nas lutas e não na institucionalidade. Que a Conlutas atua em defesa da unidade e isso não pode ser confundido com a conciliação de classes. O programa da Central a distingue das demais centrais. A tarefa principal da CSP é combater o governo Bolsonaro e o governo de todos que entregaram os direitos da classe trabalhadora e que se entregaram ao “programa do capitalismo”. Que a Conlutas não espera o ano eleitoral e que continua defendendo a unidade aqui e agora para derrotar o capitalismo e construir o socialismo: “das lutas, da base, vamos construir a revolução socialista”.

Como se vê, das falas iniciais apenas o POR apontou, ainda que brevemente, a recente derrota e o conjunto de traições que a maioria nacional explorada tem sofrido. A necessidade da unidade e a defesa das reivindicações que unificam os explorados e do método da ação. Destacando, assim, a importância de aprovar um plano de luta, que permita potencializar a disposição de luta da maioria oprimida.

Depois da mesa de abertura, houve a aprovação do regimento. Não houve polêmicas em torno dele, porque ele representa, segundo a própria direção, o resultado do diálogo com as organizações que “constroem a Central”. O problema que existia e existe no Regimento dos Congressos da Central e expressa os traços burocráticos que vem desde os congressos da CUT é a manutenção do filtro de 10% nos grupos de discussão para que as resoluções possam ir para a plenária deliberativa. Além disso, nesse início, houve o pedido que cada contribuição global (15 ao todo) pudessem ter 10 minutos e não apenas 6 como decidido pela organização. A maioria votou pela manutenção dos seis minutos.

Após o regimento, houve então a apresentação das Contribuições (teses). Diferentes correntes do PSOL (Resistência, MES, LSR, CST, LS) apresentaram teses. Além delas compareceram correntes como o MRT, GOI, Emancipação Socialista e teses de entidades, como a do ANDES. O PSTU se expressou por meio das contribuições dos sindicatos que dirige, sobretudo, o de São José dos Campos. A Corrente Proletária/POR constava também com uma contribuição global. A partir delas, a maioria das resoluções foram sendo discutidas nos grupos e depois votadas nas plenárias.

Havia um consenso em torno da crise econômica do capita-



[O POR] Apontou a necessidade de fazer um balanço das lutas contra as Reformas e um balanço das derrotas sofridas. Destacou a necessidade de relacionar as reivindicações e a luta contra a política atual à defesa dos métodos próprios da classe operária, bem como levantar a estratégia da classe operária, a estratégia do governo operário e camponês.

lismo e suas manifestações no Brasil e no mundo. A resposta à crise mostrava as diferenças táticas e estratégicas. Apareceu em alas do PSOL (CST – Combate) a defesa clara da frente de esquerda eleitoral, seguindo o exemplo da FIT argentina. Na tese defendida pelo PSTU, apareceram a posição errada de omitir o golpe de 2016 e de ignorar o papel das traições sindicais nas lutas atuais. Algumas correntes como MRT e GOI centraram na crítica à falta de denúncia da Conlutas dentro da frente burocrática das centrais. MRT, por meio do coletivo “Nossa classe”, defendeu a necessidade de levantar o “Fora Bolsonaro”.

A defesa do POR partiu também da crise histórica do capitalismo, mas derivou desta o fracasso do nacional-reformismo que se manifesta nos atuais conflitos em toda América Latina e no golpe de 2016, no Brasil. Apontou a necessidade de fazer um balanço das lutas contra as Reformas e um balanço das derrotas sofridas. Destacou a necessidade de relacionar as reivindicações e a luta contra a política atual à defesa dos métodos próprios da classe operária, bem como levantar a estratégia da classe operária, a estratégia do governo operário e camponês.

As contribuições não foram votadas, mas, em seguida, ocorreu um painel em que apenas o militante do PSTU e o presidente do ANDES falaram. O que acabou por reforçar a tese majoritária de que a luta de hoje é igual às lutas do passado e que a CSP-Conlutas lutou contra os governos do PT e PCdoB e continua fazendo o mesmo no atual momento.

No primeiro grupo de discussão, houve debate sobre conjuntura internacional, nacional e plano de ação. A discussão feita nesse período, com os temas mais importantes, durante cerca de 2 horas e meia, demonstra o desvio burocrático da direção da Central, que evitou assim um debate mais aprofundado das contribuições feitas pelas correntes políticas. Muito rapidamente, as correntes apresentaram suas resoluções de forma fragmentada. No final, as correntes mais oposicionistas à direção da Central

votaram juntas para que todas as resoluções, apresentadas no grupo, pudessem ser levadas à plenária e não houvesse o corte de 10%.

Segundo dia

Houve uma apresentação das delegações internacionais (Israel, Haiti, França, Hong Kong e Argentina). Destacou-se as falas do demitido do setor bancário de Hong Kong, que caracterizou a regime chinês como ditadura capitalista que se amplia para todos os territórios, impedindo a luta e a sindicalização. Esta caracterização foi a dominante entre as correntes políticas durante o Congresso, refletindo depois na aprovação de uma Resolução. Além dessa fala, houve a da deputada por Neuquem/AR que tratou da experiência da FIT (Frente de esquerda argentina), fazendo propaganda dessa tática. Embora não houvesse a defesa na FIT na maior parte das teses, apareceu também como resolução e foi aprovada, por PSOL e PSTU, nas plenárias deliberativas.

Na primeira plenária, houve a defesa das resoluções apresentadas; doze ao todo chegaram ao plenário sobre a situação internacional. Foi aprovada a proposta encaminhada pelos sindicatos dirigidos pelo PSTU, que tratava sobre a crise, os refugiados, as lutas internacionais e a defesa da derrubada da “ditadura de Maduro”.

A proposta da Corrente Proletária centrou em apresentar não só a crise econômica, mas também a crise de direção como parte da crise atual. Do mesmo modo, apontou que o conjunto das crises econômicas levou à constituição do programa da classe operária, com seus próprios métodos, princípios e estratégia. E que, no interior desse programa a independência de classe e a defesa das nações oprimidas era essencial, o que permitia esclarecer o movimento de impeachment em 2016 como golpe e a defesa do país oprimido, a Venezuela, contra as tentativas de intervenção do imperialismo norte-americano. Assim como emergia da história, o programa proletário de defesa do governo operário e camponês, como estratégia de poder.

(...) a discussão e aprofundamento das diferenças e das posições foi secundarizada pela organização do Congresso.

Discussão aligeirada, sem embate em relação às divergências, sem espaço para elaboração coletiva.

Mais algumas resoluções foram votadas: uma específica sobre a luta contra o governo Maduro e uma sobre a defesa de Frente de Esquerda eleitoral, a exemplo da FIT Argentina. Ambas foram aprovadas com o apoio da maior parte dos delegados. Setores do PSOL e ANDES colocaram-se contra a resolução contra o governo Maduro, mostrando que se tratava da submissão às posições pró-imperialista.

Essas resoluções representaram ponto importante do Congresso, porque expressaram claramente como a direção da Conlutas reflete diretamente a política centrista do PSTU. De um lado, se subordina à política imperialista, ao defender a queda de Maduro com “todas as forças” e, por outro lado, aprova a frente eleitoral dos partidos da esquerda, sem definir claramente qual é o seu programa e seus métodos em uma atitude eleitoralista que entra em contradição com a defesa reiterada de que “o caminho não são as eleições”.

Balanço / 4º Congresso da CSP-Conlutas

Ainda houve uma resolução sobre a “ditadura capitalista chinesa” e a defesa do “foco democrático de Hong Kong”. Também aprovada por ampla maioria.

Na plenária deliberativa sobre a conjuntura nacional, algumas resoluções apontaram abertamente para o “Fora Bolsonaro”, no entanto, por uma divergência de “ritmo” na adoção da bandeira, ela foi rejeitada. A resolução vitoriosa, mais uma vez, foi a da direção majoritária, com afirmações exististas das lutas de 2019 e a necessidade da unidade ampla na ação, sem realizar um balanço da frente burocrática com as Centrais.

Houve muitas resoluções reafirmando o erro de não caracterizar o golpe e de caracterizar Lula como um preso político. Na resolução da Corrente Proletária, afirmamos três erros: a não caracterização do golpe em 2016 e suas consequências como a ditadura civil de Temer, o apoio depois à campanha do “EleNão” que convergiu para o apoio de Haddad/PT e, por fim, a unidade burocrática com as centrais sem uma política independente, sem denúncias regulares, etc.

Em seguida, foram votadas duas resoluções que se chocavam. Uma de apoio às liberdades democráticas, caracterização das prisões políticas e crítica à Lava-Jato e outra, aprovada pela maioria da Central, de rejeição a qualquer participação da Campanha de Lula livre e de defesa de punição a todos “corruptos e corruptores”. Aprovação, capitaneada pelo PSTU, que acabava por capitular com a defesa da justiça burguesa e direito “regular” de Lula.

Houve, no final do dia, o segundo grupo de discussão, sobre “reorganização sindical, movimentos populares e opressões”. Novamente, a discussão e aprofundamento das diferenças e das posições foi secundarizada pela organização do Congresso. Discussão aligeirada, sem embate em relação às divergências, sem espaço para elaboração coletiva.

A posição da ala majoritária foi a de exaltar a ação da Conlutas como polo de resistência, reivindicar a sua construção, sem novamente apontar críticas ao último período de lutas. A única autocrítica, feita por um militante do PSTU, foi a de a Central não tem “pernas” para estar em todas as regiões e apoiar todas as oposições.

Terceiro dia

Na parte da manhã, houve a reunião de setoriais (Negros e negras, LGBT, funcionalismo público, educação, movimentos populares, movimento operário, saúde, etc.) durante duas horas e, em seguida, houve um ato político-cultural de quilombolas e indígenas.

À tarde, houve a Plenária sobre “Plano de Ação”, “Balanço”, “Organização e Estrutura”, “Opressões” e “Setoriais”. O plano de ação, de lutas, que deveria ser central, foi debatido apenas por sete defesas que reuniam várias resoluções. Novamente, a resolução da ala majoritária foi aprovada com a posição de que a Conlutas se mantenha nas lutas de todos os setores, na defesa da unidade com as Centrais, unificando “nas ruas” a luta contra o projeto de Bolsonaro/Mourão.

No ponto do “balanço”, ao contrário do “plano de ação”, houve mais intervenções, expressando, de um lado, o descontentamento com a política majoritária da CSP e, de outro, disputas internas entre correntes que dirigem a entidade. A Resolução vitoriosa foi novamente a da ala majoritária, reafirmando o balanço positivo da Central e criticando a “narrativa” do golpe.

A direção da Central apontou que novas 38 entidades ingressaram na entidade nesse congresso. Os balanços de outras correntes e de entidades como o ANDES, no entanto, mostraram diminuição de delegados e de representação sindical da Central em nível nacional, além de exemplificarem os problemas que se avolumam, como a constituição de mais de uma chapa da Conlutas em disputa em sindicatos cutistas, ctbistas, etc.

Na resolução da Corrente Proletária/POR, foi apontado que qualquer aprovação deveria partir de uma profunda autocritica da subordinação da Conlutas em relação à frente burocrática das centrais no último período. As frentes e a unidade necessárias para enfrentar os ataques devem partir das reivindicações e também dos métodos da ação direta, caso contrário confirmam a política de freio, de obstáculo à luta, como, de fato, se revelou a frente burocrática com a aprovação de apenas um dia de Greve Geral.

Sobre o ponto “organização e estrutura”, houve uma junção de resoluções da “Unidos para lutar”, “Resistência” e do Andes para criticar a direção da Central. Esses setores defenderam o sentido do Encontro, realizado em 2006, que buscava unir Conlutas e Intersindical, a necessidade de um novo encontro da classe trabalhadora e também a necessidade de participar de fóruns mais amplos, que não fazem parte da CSP-Conlutas. A resolução do PSTU, aprovada, afirmou que a Central é democrática porque “todos podem se expressar” e que, atualmente, as centrais pelegas estão sentando com o governo para acordar a Reforma Sindical.

Mais uma vez, como se vê, a política aparelhista do PSTU coloca em choque cada vez mais os setores que construíram a CSP e isso ficou mais evidente nesse Congresso com as resoluções apresentadas pelas diferentes correntes, entidades e mesmo cisões do PSTU, como a corrente MRS, que fez um duro balanço da política de “convivência” da Conlutas com as demais centrais, sem disputar as suas bases, como se objetivava na criação da Central.

Foram votadas também duas resoluções em choque. Uma de defesa da “taxa negocial”, do PSTU, e outra do MRS, contra a “taxa”. A militante do PSTU defendeu a taxa com o argumento que Bolsonaro quer “asfixiar” as ações sindicais, que a Conlutas continua contrária ao imposto sindical, mas que a taxa negocial, assistencial, aprovada em assembleia, é correta, justa e “democrática”, e que faz parte do autofinanciamento das entidades. O MRS criticou a “taxa” como um substituto do imposto, porque se impõe ao conjunto de uma categoria e de forma compulsória para que a direção negocie as reivindicações da classe, o que reproduz as práticas das direções pelegas que mantém uma casta afastada das bases. A posição do PSTU foi aprovada com ampla abstenção de setores como a “Unidos”, que apontou que a posição do MRS era “punitiva” contra os sindicatos que têm essa política “equivocada”, já que a resolução previa a suspensão desses sindicatos.

A posição da direção majoritária, PSTU, revela uma adaptação ao sindicalismo pelego, de aparato e comprova, mais uma vez, que o divisionismo das centrais, desde o início, esteve também ligado ao problema do financiamento dos sindicatos, ao im-

posto sindical, à reforma sindical.

Nas votações em seguida, das opressões, havia um consenso e não houve polêmicas. As propostas da Corrente Proletária não foram encaminhadas e nos abstermos, porque, na maioria das resoluções, além das reivindicações particulares corretas que devem ser defendidas, predominava a visão de que as opressões são “estruturais”, que existem de forma paralela às opressões “econômicas e políticas”. A formulação de que toda opressão é parte da opressão de classe é ignorada por todas as correntes que participaram do congresso.

Por fim, as resoluções das setoriais foram votadas em bloco, sem discussão, revelando o modo também burocrático de encaminhar e homogeneizar discussões as mais diversas (campo, educação, funcionalismo, movimentos populares, etc.).

Quarto dia

Não houve debate das duas resoluções sobre “estatuto”, pois não houve discussão prévia nos grupos, segundo a organização do Congresso. Na verdade, entretanto, nem era previsto no cronograma uma discussão específica sobre estatuto, o que revela o não interesse nesse debate, o que preserva a estrutura atual, como a eleição da direção da Central não passar por seu Congresso, instância máxima. A única resolução discutida foi a de expandir a paridade que já existe na Secretaria Executiva Nacional para as secretarias executivas estaduais no que tange à participação das mulheres. Foi aprovada por todas as correntes.

Por fim, foram apresentados os relatórios das reuniões setoriais ocorridas no dia anterior.

Chama a atenção a divisão cada vez maior das categorias e dos movimentos em “setoriais” (comerciários, petroleiros, operários da indústria, moradia, saúde, mulheres, negros e negras, homossexuais, campo, etc.) no interior da CSP-Conlutas, demonstrando como, na prática, a organização da Central reflete a ideologia burguesa de “reestruturação produtiva” e de “metamorfose do trabalho” no “mundo contemporâneo”.

Um exemplo absurdo dessa realidade da “setorização” foi a apresentação da setorial dos petroleiros, ligados a FNP, e a setorial dos operários industriais, como os operários da Embraer e os metalúrgicos de diferentes regiões. É uma fração da classe operária lutando contra o desemprego, contra as privatizações, mas apresentada como “setores” da Central, que se reúnem de forma isolada para debater seus problemas “setoriais”. A proposta de fundação, nesse IV Congresso, de um “setorial” dos “operários industriais” revela que a posição política da direção da Central “sindical e popular” coloca o movimento operário, que é o centro da luta revolucionária contra o governo e o sistema capitalista, como somente mais um movimento, subordinado, portanto, à política pequeno burguesa, que fragmenta, dispersa e se afasta da defesa estratégica da revolução proletária.

(...) a divisão cada vez maior das categorias e dos movimentos em “setoriais” (comerciários, petroleiros, operários da indústria, moradia, saúde, mulheres, negros e negras, homossexuais, campo, etc.) no interior da CSP-Conlutas, demonstrando como, na prática, a organização da Central reflete a ideologia burguesa de “reestruturação produtiva” e de “metamorfose do trabalho” no “mundo contemporâneo”.

Não serviu para impulsionar a greve nacional contra as medidas privatizantes do governo Bolsonaro

Nos dias 28 e 29 de setembro, ocorreu, em Brasília, a 161ª Plenária Nacional do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional (SINASEFE – filiado à CSP-Conlutas), com participação de trabalhadores dos Institutos Federais, Colégios militares e CEFETs, contando com 126 participantes. Constatou-se da pauta: informes; mesa de debate – A luta pela legalização do aborto; mesa de conjuntura (Defesa das liberdades democráticas e dos direitos da classe trabalhadora); mesa de debate – Ataques à rede (Futuro-se, corte de verbas, Militarização); Congresso Sinasefe; Mesa sobre Carreiras EBTT (Ensino Básico Técnico e Tecnológico), e *Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação* (PCCTAE).

É preciso retomar a luta contra a aplicação das contrarreformas do governo, a luta das mulheres é parte da luta dos explorados, se a burguesia se une para atacar os oprimidos, será na unidade e com métodos próprios de luta que será possível responder aos ataques desse governo e defender todas as condições de vida.

Apesar da plenária ocorrer alguns dias antes da greve nacional da educação, convocado inclusive pelo próprio SINASEFE, a greve nacional da educação não estava na pauta, surgindo apenas nos informes das sessões. Os informes expressaram a adesão parcial dos IFs aos dias 02 e 03/10. Os motivos iam, desde o receio dos servidores em relação ao corte do ponto, até a falta de disposição de luta. Houve a omissão em relação se a decisão de aderir ou não à paralisação foi resultado de assembleia ou de suas direções. Por outro lado, alguns *campi* da Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília, Santa Catarina, Sergipe e Rio Grande do Sul informaram da adesão à greve. Não discutir o fortalecimento da greve nacional na plenária mostrou o quanto suas direções estão distantes do movimento contra as duras medidas de Bolsonaro. A Direção Nacional do SINASEFE fez um vídeo de convocação para os 48 dias de greve, mas se tratou de uma convocação formal.

Na mesa sobre a legalização do aborto, a primeira expositora apontou a questão da paridade de gênero na gestão do síndi-

cato, e que por isso foi possível ocorrer a mesa com um tema que atinge as mulheres. Além de elementos que defendem a legalização do aborto como saúde pública; aborto como direito reprodutivo das mulheres; defesa de políticas públicas, e como isso se choca com o governo Bolsonaro; dados de mortalidade das mulheres por aborto; e como o aborto é tratado no currículo do curso técnico de enfermagem. A segunda fala foi das Promotoras Legais Populares, que focou na violência às mulheres negras, citando o controle de natalidade e encarceramento. Expôs a exploração das mulheres negras do Feudalismo para o Capitalismo, com a escravidão e necessidade de reprodução das mulheres escravas (para o abastecimento da mão de obra),

aponta como o Estado impõe a proibição do aborto, mas não garante nenhuma assistência às mulheres (assim como hoje, na falta de creche, escolas, salário que garanta o sustento da família); defendeu que o racismo desumaniza e leva ao “genocídio da população negra”. A terceira expositora afirmou que, em momentos de

crise, os direitos das mulheres sofrem retrocessos. Ela também resgatou características históricas da reprodução da mulher na passagem feudalismo para o capitalismo, onde, no feudalismo, havia até o infanticídio (morte de bebês, por defenderem que a alma ainda não havia se colado ao corpo), enquanto na idade moderna o aborto é criminalizado, e se perde a autonomia sobre os corpos. Apontou a imposição da maternidade (pela sociedade), e dificuldades das mulheres que são mães de participarem dos espaços políticos e da violência obstétrica (tanto em casos de aborto, quanto em partos). Afirmou que a escravidão e o racismo estruturaram a possibilidade de exploração capitalista, e que na escravidão as mulheres negras abortavam, para seus filhos não serem escravos, enquanto as brancas abortavam para poder trabalhar e ter controle sobre seu corpo. E agora, as mulheres são criminalizadas ao abortarem, perdem seus filhos pela violência da polícia, mesmo durante o governo do PT/Lula, com a implantação da UPPs. Concluiu defendendo creches públicas e cozinhas comunitárias, para tirar as mulheres da opressão do

Publicado o livro:

REPOSTA MARXISTA ÀS OPRESSÕES

As distintas opressões têm em comum a raiz de classe da opressão social. As suas particularidades exigem respostas que levem ao programa da revolução proletária. Este livro sustenta essa premissa marxista, que se choca frontalmente com o conservadorismo e o reformismo burgueses.



R\$ 35

ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR

trabalho doméstico. Após a exposição da mesa, foi aberto para o plenário. O POR defendeu que toda a forma de opressão, seja às mulheres, negros ou homossexuais, é parte da opressão de classe. Por isso, apontou a necessidade de trazer as mulheres para luta, fortalecendo o sindicato e na ação direta, a partir da defesa de suas condições de vida, entre elas, a de legalização do aborto, mas que, diante do governo Bolsonaro, obscurantista e ultraconservador, é necessário apontar as consequências da aplicação da reforma trabalhista, lei de terceirização e, agora, a reforma da Previdência, onde se rasgam os direitos trabalhistas, e se fragilizam ainda mais as condições das mulheres conseguirem se manter no mercado de trabalho, principalmente quando são mães, tendo de se submeter à exploração do trabalho intermitente, aumentando a exploração de trabalho da mulher (que já sofrem com a dupla jornada de trabalho), e a reforma da Previdência garante que a superexploração do trabalho se estenda por toda a sua vida, sem direito à aposentadoria. É preciso retomar a luta contra a aplicação das contrarreformas do governo, a luta das mulheres é parte da luta dos explorados, se a burguesia se une para atacar os oprimidos, será na unidade e com métodos próprios de luta que será possível responder aos ataques desse governo e defender todas as condições de vida.

Na mesa de conjuntura nacional, todos falaram dos ataques do governo Bolsonaro aos direitos e os cortes na educação. Chamou atenção a exposição reacionária e eleitoreira de Valério Arcári, que afirmou que “as condições para a greve geral não existem, porque a classe não tem esse estado de ânimo”, e que “não tem como derrotar Bolsonaro antes de 2022”. A CSP-Conlutas fez um balanço da crise mundial em que o Brasil faz parte; caracterizou o governo Bolsonaro de governo pré-bonapartista; defendeu a formação de uma frente única e não uma frente ampla (eleitoreira), e a necessidade de romper o corporativismo e economicismo; falou sobre a corrupção na Lava Jato e no PT, defendeu prisão para os corruptos. Sobre a greve, disse que não há possibilidade de greve geral agora, mas deve ser construída. Também houve participação dos Correios na mesa, com um breve balanço de sua greve. Ressaltou que a greve foi suspensa por decisão das direções, sem que as reivindicações fossem conquistadas, mas que é preciso um novo calendário de lutas, em especial, diante das privatizações.

Após a exposição da mesa, foi aberta para falas do plenário, entre elas, a posição de greves periódicas, contra a greve geral por tempo indeterminado; greve geral por tempo indeterminado, e de que era necessário construir o calendário de greve na base. A intervenção do POR foi na defesa da retomada da greve geral, iniciada em junho e boicotada pelas direções das centrais sindicais, o que levou o movimento à derrota. As 48 horas de greve nacional da educação devem servir para retomar a greve geral de todas as categorias, em resposta à reforma da Previdência, que foi aprovada. A greve deve ser um movimento forte e unificado, construído pelas assembleias nos locais de trabalho e estudo, e pela constituição dos comitês de luta. Criticou a condução de plenária nacional, que estava de costas à paralisação de 48 horas.

Na mesa sobre Educação, o principal ponto discutido foi o projeto de avanço da privatização das universidades e institutos federais, o Future-se, todas as intervenções se colocaram pelo seu rechaço. E, na mesa sobre carreiras, os ataques do governo

contra servidores, principalmente com as novas portarias e reforma administrativa do governo Bolsonaro. A discussão de carreira se dá principalmente com relação às progressões, que impactam no salário. Com relação ao Future-se, o POR defendeu seu total rechaço, e que o seu combate deve ser pela independência de classe, sem ilusões no parlamento burguês. Para combater o Future-se, é necessário retomar a luta contra os cortes e contra as contrarreformas, que arrancam direitos; isolados, não há como enfrentar a privatização da educação, que é parte de um pacote de privatização (é preciso se unir aos trabalhadores da Petrobras, Correios, Eletrobrás, e erguer um forte movimento contra as privatizações do governo). Com relação à carreira, o POR defendeu a manutenção das conquistas, mas que é de

(...) o POR defendeu a manutenção das conquistas, mas que é de fundamental importância retomar a luta em defesa dos salários, que atendam às necessidades dos servidores. O sindicato deve rejeitar as questões de carreira, que submetem o aumento salarial à capacitação individual dos servidores. E defendeu a reposição das perdas salariais, por se tratar de uma reivindicação coletiva dos servidores, ativos e aposentados.

fundamental importância retomar a luta em defesa dos salários, que atendam às necessidades dos servidores. O sindicato deve rejeitar as questões de carreira, que submetem o aumento salarial à capacitação individual dos servidores. E defendeu a reposição das perdas salariais, por se tratar de uma reivindicação coletiva dos servidores, ativos e aposentados.

Sobre regimento interno do Congresso, a discussão foi polemizada diante da paridade de gênero, que faz parte do estatuto do Sinasefe. Desta forma, todas as seções devem ter 50% de homens e 50% de mulheres. Várias seções, com maioria de homens, apontaram que se adequarão até o Congresso (para alcançar a paridade), e numa seção, que possui maioria de mulheres, a discussão se deu se o tal ajuste da paridade se daria na plenária ou no Congresso. Junto à discussão, houve denúncia sobre o não cumprimento da paridade nas plenárias nacionais, na tirada de delegados.

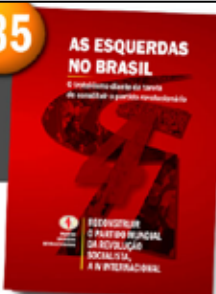
O fundamental da Plenária estava na falta de empenho das direções sindicais e organizar a resistência dos servidores às draconianas medidas do governo. Boa parte do tempo foi perdida em discussões de “paridade de gênero”, “carreira”, etc., isso no momento crucial em que estava anunciada a greve nacional da educação.

Adquira com o distribuidor: **R\$ 35**

AS ESQUERDAS NO BRASIL

O Trotskismo diante da Tarefa de Construir o Partido Revolucionário

O livro desenvolve o percurso de mais de 20 anos em torno da batalha contra as várias correntes revisionistas de esquerda, como parte da luta pela elaboração do programa e da construção do partido revolucionário.



Rio Grande do Norte

Plenária Unificada na UFRN

No dia 27/09, as três categorias, por meio de suas entidades (DCE, ADURN e SINTEST), realizaram uma plenária unificada na UFRN. Embora tenha sido massiva, concentrando cerca de 500 pessoas, as direções não quiseram dar um caráter deliberativo à plenária, mas apenas de “discussão”. A plenária veio após as entidades solicitarem e esperarem em vão que a Reitoria convocasse uma assembleia universitária, ou um CONSUNI extraordinário, para rejeitar o Future-se.

Na plenária, a direção do SINTEST deu o informe de que, em reunião com o reitor, este declarou que a ANDIFES e o governo já estavam discutindo um novo projeto Future-se, que viesse a contemplar sugestões provenientes da consulta pública realizada pelo governo. No decorrer da plenária, uma comissão foi formada para solicitar a presença do reitor, naquele momento, para que expressasse uma posição sobre o Future-se. Foi informado que o reitor não poderia comparecer, pois, estava em um evento no interior, e o vice-reitor Henio viria no lugar deste, após finalizar uma reunião que era, por coincidência, junto ao governo estadual do PT e o próprio Banco Mundial, um dos principais instrumentos do imperialismo.

Com a palavra, o vice-reitor Henio chegou a dizer que a reitoria só iria se posicionar sobre o Future-se quando fosse “provocada pelo MEC”. Ou seja, só após o Future-se ser aprovado no Congresso, quando o MEC perguntar se as IFES irão aderir ou não. Sob protesto dos presentes, de que o posicionamento deveria ser dado naquele momento, o vice-reitor tergiversou, dizendo que a reitoria é contra o Future-se “da forma como está”, que esperava o resultado da negociação da ANDIFES com o governo, e que alguns pontos já estavam sendo discutidos, como o de inserir as Fundações de Apoio como alternativas para a OS.

Criou-se um impasse. Os estudantes e trabalhadores continuavam pressionando com gritos para que a reitoria se posicionasse contra o Future-se. Por outro lado, o vice-reitor não teria uma posição diferente do que a que acabara de expor. Uma diretora do SINTEST resolveu o impasse em favor do burocrata, propondo que o vice-reitor levasse uma proposta da Plenária Unificada para o reitor, de que este chamasse um CONSUNI extraordinário para deliberar sobre o Future-se. Assim, com muita facilidade, o vice-reitor conseguiu se retirar, com a imagem de alguém que fora encarregado pela Plenária para cumprir uma

importante tarefa.

A intervenção da Corrente Proletária consistiu nos seguintes pontos: 1) a plenária unificada massiva é uma demonstração de que a comunidade universitária pode se organizar de forma independente da reitoria; 2) O Future-se precisa ser rejeitado em sua essência, que é a de corte do financiamento público e substituição pelo financiamento privado, de fortalecimento das parcerias público-privadas e da mercantilização da produção acadêmica; 3) a reitoria, em sua posição covarde e conciliadora, demonstra que não expressa os interesses da universidade, mas os de uma casta dirigente; 4) os estudantes da UFSC, em greve, demonstram qual o caminho para combater o governo; 5) é preciso organizar a luta nacional e discutir a greve na educação em defesa das universidades públicas; 6) que se convoque uma assembleia unificada deliberativa e soberana, para organizar a luta da comunidade universitária de forma independente à reitoria.

Outros estudantes e trabalhadores se inscreveram para propor encaminhamentos. Mas, quase todos foram simplesmente desprezados pela mesa. Apenas um encaminhamento foi anunciado, que era o de pressionar os conselheiros do CONSUNI para que este fosse autoconvocado, em virtude do imobilismo da reitoria. Por fim, como uma votação meramente formal, quando todos já se retiravam, a mesa pediu para que os que ainda estavam presentes levantassem a mão a fim de que a Plenária aprovasse a rejeição ao Future-se.

O encaminhamento de pressionar por uma autoconvocação do CONSUNI mostra que os estudantes e trabalhadores ainda alimentam expectativas de que a luta contra o Future-se poderá se dar pela institucionalidade. Expectativas estas que são cultivadas pelas direções reformistas do SINTEST (PSOL), DCE (PT) e ADURN (PCdoB). Em outras universidades, chegou-se mesmo a aprovar nos conselhos universitários a rejeição ao Future-se, porém, permanecendo em palavras. Na prática, as reitorias, junto à ANDIFES, preparam uma grande traição aos estudantes e trabalhadores, por meio das negociações com o governo. Os estudantes e trabalhadores acabarão tendo de passar por essa dura experiência com a institucionalidade, para que a amadureçam para a necessidade da ação direta para derrubar o plano do governo Bolsonaro, de destruição das universidades públicas.

O livro cobre as principais manifestações da crise política, das ações governamentais, das respostas dos explorados, das manobras políticas da burocracia sindical e da atuação do Congresso Nacional entre junho de 2016 e abril de 2018. Assim como as formulações e linha política desenvolvida pelo POR, em cuja base se encontra o programa da revolução proletária.



R\$ 35

ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR

Assembleia da USP

DIREÇÃO DO DCE IMOBILISTA

A assembleia geral dos estudantes da USP, realizada no dia 24/09, tendo como pauta única a greve nacional da educação dos dias 2 e 3 de outubro, contou com cerca de 150 presentes. A mais esvaziada do ano. Nem mesmo as correntes compareceram com toda sua militância, se limitando ao envio de representantes.

O esvaziamento se deve fundamentalmente ao boicote das correntes de maneira geral, e da direção do DCE/PT, em particular. A exemplo do curso de Letras, o boicote se deu concretamente na política distracionista das correntes. Na véspera da greve geral da educação de 48h, o PT propagandeava uma exposição de fotografias. O MRT divulgava numa grande faixa seu curso sobre Machado de Assis, o Território Livre anunciava seu curso sobre o Programa de Transição, que ocorreria no próprio dia 3 de outubro. No curso de Física, o PCB propôs passar em sala apenas para divulgar as eleições para RDs (Representante Discente), e se opuseram à proposta de um boletim que vinculasse a luta contra os cortes na educação com a reforma da Previdência e trabalhista.

O POR foi a única corrente política que trouxe um conjunto programático de propostas de mobilização. Foi a única corrente que defendeu enfaticamente o caráter classista que deveria tomar esta greve, não desvinculando a luta contra os cortes da educação da luta contra as reformas da Previdência e trabalhista. Eis as propostas apresentadas: 1) Caráter da Greve Geral: “Que a Greve Geral dos dias 02 e 03 enfrente o governo de Bolsonaro e o Congresso Nacional. Unificar a luta contra os cortes e privatização da educação com a luta para por abaixo a reforma da Previdência, a reforma trabalhista e a lei da terceirização. Ganhar as ruas nos dias 02 e 03, afetando a produção social e impondo, pelos métodos da ação direta, a derrota do governo, do congresso e da burguesia”. A princípio, os contrários se recusaram a defender. No entanto, em meio a defesa favorável à proposta, solicitaram defesa, consentida pela mesa e apresentaram, no meio da fala uma proposta distinta, cujo conteúdo era apenas de defesa da educação em abstrato. A nossa proposta não foi aprovada.

Segunda proposta: “Que o DCE intervenha junto às Centrais Sindicais cobrando uma nova greve geral, mais organizada e preparada, e por tempo indeterminado. Lutar para pôr abaixo a Reforma da Previdência de Bolsonaro e do Congresso Nacional, da reforma trabalhista, da lei da terceirização e dos cortes na educação”. A direção do DCE também se opôs a essa proposta, e as demais correntes a seguiram. Chama a atenção apenas a posição do PSTU, que vinha levantando insistentemente a bandeira de Greve Geral, mas recuou diante do PT, e defendeu que não era momento de convocá-la.

As demais propostas foram: a) participação da plenária dos três setores convocada pela ADUSP e APG; b) Assembleia Geral Universitária; c) comando de mobilização para organizar a greve geral da educação de 48h; d) ato arrastão pela universidade para convocar os estudantes; e) panfletagem nos bandeões. Todas essas propostas foram aprovadas, mas nenhuma delas foi cumprida. Chegaram ao ponto de omiti-las da ata da assembleia.

A direção do DCE se opôs abertamente a duas propostas, a saber: ao trancamento do portão da universidade, sob a alegação de que a universidade deveria ficar aberta no dia da greve geral. Opuseram-se também à realização de uma nova assembleia, sob o argumento de que não haveria necessidade de sua realização pelos próximos dias. Apresentamos e foram aprovadas diretrizes de organização do congresso dos estudantes da USP, a ser realizado

no primeiro semestre de 2020.

Apresentamos também duas resoluções, uma contra o “Futuro-se” e outra sobre o meio ambiente, devido ao agravamento de sua destruição. A direção do DCE votou contra as duas resoluções, mas se negou a apresentar defesa contrária.

Diante de uma conduta negligente com a assembleia, seja pela omissão e boicote, seja pelo descaso em não apresentar defesa contrária, chama a atenção o fato da direção do DCE ter dado importância à proposta de trancamento do portão principal da universidade, pois, fez questão de defender contra, sob o argumento de que “não era momento de fechar a universidade, ela deveria estar

(...) a direção do DCE/PT não estava disposta a se chocar com a reitoria, considerada sua aliada política nesse momento, em que o PT é oposição ao governo federal. Aqui está a manifestação da política geral de conciliação de classes, que, do ponto de vista particular da universidade, se expressa no rechaço a todas as ações de choque com a reitoria, subordinando o movimento a ela.

aberta no dia da greve geral, pois, o objetivo do movimento seria atacar o governo de Bolsonaro, e não os estudantes da USP”.

A verdade é que a direção do DCE/PT não estava disposta a se chocar com a reitoria, considerada sua aliada política nesse momento, em que o PT é oposição ao governo federal. Aqui está a manifestação da política geral de conciliação de classes, que do ponto de vista particular da universidade, se expressa no rechaço a todas as ações de choque com a reitoria, subordinando o movimento a ela. Essa posição denuncia a política petista, e de seguidores, de oposição à ação direta e aos métodos de luta próprios dos explorados, desviando o movimento a se subordinar à via parlamentar e de negociatas. Dias depois, ficou mais evidente a conciliação e a subordinação à burocracia universitária, no fato da reitoria ter devolvido o espaço do DCE, fechado desde 2007. Devolvido por meio de acordo entre a direção do DCE/PT e a reitoria. Acordo este, ainda não esclarecido ao movimento e firmado por fora das instâncias de deliberação.

Não é interessante ao reformismo, que mira retomar seu espaço nas eleições de 2020 e 2022, sustentar mobilizações massivas que saiam da subordinação à institucionalidade burguesa. Por isso, propostas de mobilização, como as apresentadas pelo POR, que podem vir a gerar atos massivos, que saiam do controle das burocracias, como os que ocorreram nos dias 15 e 30 de maio, devem ser barradas a todo custo por essas direções conciliadoras, que buscam manter a ação do movimento estudantil sob seu controle, e usá-lo como massa de manobra para fazer pressão parlamentar e servir de palanque eleitoral. A dispersão da base, impulsionada pelo burocratismo, junto ao imobilismo das demais correntes, favoreceu essa sabotagem autoritária, e própria de uma política burocrática.

Somente a grande adesão das bases aos espaços deliberativos próprios das massas poderá pôr abaixo o burocratismo das direções e neutralizar suas manobras autoritárias que atacam a democracia estudantil. Assim, as direções burocráticas serão superadas e deverão dar lugar a uma direção revolucionária, verdadeiramente democrática, e não subordinada às instituições e políticas burguesas, que seja capaz de potencializar a ação do movimento estudantil, organizando suas reivindicações e luta com os métodos próprios dos explorados, em conjunto com a classe operária e todos aqueles que trabalham e estudam.

Greve Nacional da Educação

Mais uma traição das direções burocráticas

São Paulo

Na tentativa de retomar e ampliar a luta contra os constantes ataques do governo Bolsonaro à educação, ANDES, FASUBRA, UNE, SINASEFE e outras entidades chamaram 48h de greve geral na educação, nos dias 2 e 3 de outubro. Apesar da importância da greve, mais uma vez, a mobilização ficou muito aquém do esperado. As centrais sindicais e a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) declararam apoio, no entanto, não passou de palavreado. A APEOESP e SINPEEM aprovaram a participação, mas não deliberaram por greve. O que dificultou a presença de professores de base e estudantes secundaristas.

(...) está claro que a burocracia estudantil impõe uma camisa de força ao movimento, em conluio com a frente burocrática sindical – que levou os explorados a mais uma amarga derrota na luta contra a reforma previdenciária. Não está disposta, verdadeiramente, a organizar a luta pelos direitos dos estudantes e trabalhadores.

Faltando dois dias para a greve, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, anunciou o desbloqueio de quase R\$ 2 bilhões do orçamento do MEC, mantendo ainda congelados R\$ 3,8 bilhões. A medida, na fala do ministro, serviu para “evitar a interrupção de serviços” nas universidades por falta de verba. Em seguida, anunciou o desbloqueio de 679 bolsas de pós-graduação (8 mil continuam retidas). No entanto, as investidas do governo não surtiram efeito, e a greve foi mantida.

Assim, o dia 2 foi marcado por atividades nos locais de estudo e trabalho, com debates sobre o desmonte do ensino público, os cortes de recursos, o Future-se, a militarização das escolas, o obscurantismo religioso, as intervenções nas UFs, e ofensivas contra a autonomia universitária. No dia 3, houve mobilização pela manhã em algumas instituições, e ato centralizado no MASP, às 16h.

A manifestação contou com participação reduzida, em comparação com os atos anteriores, principalmente os atos dos dias 15 e 30 de maio. Além das entidades da educação, também participaram alguns trabalhadores das estatais Petrobras (FUP) e Correios, reivindicando a soberania nacional, o Pré-sal, e pedindo apoio contra as privatizações, com abaixo-assinado.

No ato, predominaram os discursos contra os cortes na Educação, o Future-se, a censura, em defesa das bolsas e pesquisas, a liberdade de cátedra, etc. O desvio eleitoral foi marcado com as bandeiras de “Fora Bolsonaro” e “Lula Livre”.

A intervenção do POR contou com a distribuição do manifesto e fala no carro de som. Reforçamos a necessidade da retomada da greve geral mais forte, e unificada com os trabalhadores, contra as medidas antinacionais e antipopulares de

Bolsonaro e do Congresso Nacional, que, junto aos capitalistas, despejam a crise sob as costas dos explorados. Apontou para a necessidade de construção de uma frente de luta anti-imperialista para barrar o entreguismo das estatais e da base de Alcântara aos EUA. E salientou que as massas seguem com disposição de luta, embora tenham sofrido duas grandes derrotas, com a aprovação das reformas da Previdência e trabalhista, em função da política traidora da frente burocrática das centrais sindicais. Destacou a necessidade de uma frente única classista, sob a estratégia e táticas próprias do proletariado. Concluiu levantando a defesa do sistema único de ensino, público, científico e vinculado a produção social! Pela estatização de toda rede privada e controle de quem estuda e trabalha!

Natal/RN

Com concentração entre o Midway e o IFRN, o ato contou com cerca de 900 pessoas, dentre as quais houve um número considerável de secundaristas. Entre as entidades, destacam-se a UNE, UBES, UMES, APES, além de movimentos sociais e partidos políticos. Extremamente burocrático, sem inscrições de fala em nenhum momento, a burocracia estudantil controlou o ato do início ao fim, além de ter um caráter festivo, nada tendo a ver com a seriedade dos brutais ataques. Possivelmente, a fim de se justificar, o presidente da UBES, Pedro Gorki, sentiu necessidade de soltar o sofisma: “a nossa luta contra aqueles que nos querem ver triste, tem que ser com muita alegria”. Nada mais passivo e derrotista do que isso.

Do alto do carro de som, com direito a bandeira verde e amarela, a burocracia estudantil cantava rimas despolitizadas, além da tentativa caricatural de reaver o discurso nacionalista dos “caras pintadas”, dos anos 1990. Para completar, houve a distribuição de um roteiro, indicando palavras de ordem e canções, para que o movimento acompanhasse o “ritmo”. Mas, nenhuma consigna concreta que expressasse as necessidades elementares dos estudantes e trabalhadores.

Apesar disso, o ato mostrou que a disposição de luta de parte dos explorados ainda permanece. No entanto, está claro que a burocracia estudantil impõe uma camisa de força ao movimento, em conluio com a frente burocrática sindical – que levou os explorados a mais uma amarga derrota na luta contra a reforma previdenciária. Não estão dispostos, verdadeiramente, a organizar a luta pelos direitos dos estudantes e trabalhadores. Apesar disso, as condições objetivas dos ataques estão postas. A vanguarda lutadora precisa seguir o caminho da independência de classe, impulsionar a necessidade das assembleias unificadas e soberanas, e construir a pauta de reivindicações que expressa as necessidades dos explorados.

Recife

O chamado à greve nacional da educação resultou em um ato deprimente. De forma improvisada, uma reunião foi chamada pela UNE, no fim do dia 30 de setembro, para organizar o ato do dia 3. O ato foi marcado para as 15h. Mas, nenhu-

ma entidade se comprometeu com a garantia de carro de som, nem mesmo as diretorias que estavam presentes. Após grande dispersão, as direções estudantis se reuniram em um ponto da calçada e, em um megafone, fizeram falas. Estudantes de base perguntavam se havia tido sabotagem, buscavam explicações para tamanha irresponsabilidade das direções e esvaziamento. O POR montou a banca e propagandeou suas publicações.

O percurso da desmobilização na UFPE, por parte das direções, se liga à traição das centrais, em nível nacional. Desde o fim de agosto, tentou-se a via do comando unificado pressionar a Adufepe para convocar assembleia, e se integrar à construção nacional da greve da educação. A assembleia foi marcada na última hora. Para piorar, a direção (PCdoB) fez uma enquete no site, consultando se os professores apoiavam a paralisação dos estudantes. A adesão foi aprovada, porém, sem nenhuma construção e mobilização. No dia 02, a Adufepe montou uma tenda com atividades, como yoga do riso, palestra sobre a felicidade e torneio de dominó. O presidente da entidade foi a Brasília, e se reuniu com o presidente da Comissão de Orçamento, do MDB, divulgando como um grande

feito. Professores do Centro de Educação tentaram organizar debates, porém, a atividade foi interrompida, devido ao esquecimento entre dois estudantes.

Na Rural, houve a construção da Virada Cultural, com debates e atividades culturais no dia 02 e 03. A tarde do dia 02 contou com o engajamento do movimento estudantil, porém, o dia 03 teve baixa adesão.

Na assembleia docente de 30 de setembro, foi aprovado que a direção da Adufepe deveria cumprir a decisão de se engajar no comando. Foi convocada uma reunião para 08 de outubro. A diretoria nem apareceu, o Sintufepe também não. Com baixo quórum, restrito à Corrente Proletária na Educação, DA de Serviço Social, DA de Jornalismo e União dos Estudantes de Pernambuco, a reunião foi cancelada. Constatamos que o bloqueio das burocracias conseguiu quebrar a iniciativa de construção do comando unificado. Diante da iminência de uma intervenção na Reitoria e da aprovação do Future-se, a unidade dos três segmentos é imprescindível. Seguiremos o trabalho persistente para construir uma fração revolucionária no movimento universitário, e agregar os setores dispostos à construção da luta unitária.

Vazamento de petróleo

CONTAMINAÇÃO DAS PRAIAS DO NORDESTE É RESPONSABILIDADE DOS CAPITALISTAS

As manchas de petróleo, em mais de 130 pontos do litoral, nos 9 estados do Nordeste, têm chamado a atenção pela duração e extensão. Tudo indica que seja o pior desastre do tipo já visto no Brasil. Há mais de um mês, as praias e animais marinhos têm sido contaminados e incessantemente atingidos. Os riscos de contaminação da foz do Rio São Francisco, com óleo cru, têm motivado o governo de Sergipe a agir com boias de contenção. Em diversos lugares, houve proibição de banhos, prejuízos com redução do fluxo turístico, suspensão das atividades pesqueiras, e grave ameaça à fauna marinha.

O Ministro Ricardo Salles, do Meio Ambiente, o presidente da Petrobrás, Castello Branco, e o próprio Jair Bolsonaro foram unânimes em afirmar que o petróleo encontrado não era material produzido ou comercializado pela estatal, e que exames da Marinha apontavam que o óleo teria origem venezuelana. Setores da mídia burguesa passaram a dar eco às afirmações do governo e à fala de Bolsonaro, de que o derramamento de óleo seria uma ação criminoso. Especialistas asseguraram, por sua vez, a incerteza quanto à fonte causadora, e que a origem do vazamento esteve a cerca de 50 km da costa, entre os litorais de Pernambuco e Paraíba, de lá se espalhando pelas correntes marítimas e ventos alísios para a costa do Rio Grande

do Norte até o Maranhão, ao norte; e de Alagoas à Bahia, ao sul.

Independente da origem do vazamento (ainda a ser comprovada) sabe-se que o transporte de petróleo bruto pelos oceanos, a exploração em águas profundas, os incríveis ramais de oleodutos, de plataformas de exploração em alto mar, a lavagem de tanques, e a transferência de cargas de um petroleiro a outro obedecem a apenas uma regra: fazer negócios bilionários com o hidrocarboneto, independentes da poluição que possam causar. O vazamento tem sido usado como arma política do governo, não apenas para se eximir das responsabilidades, como para atacar, por meio de mentiras e fraudes, o governo venezuelano. Diante do desastre, o governo responde com uma flagrante inação: não há recursos, equipamentos, agentes químicos neutralizantes, embarcações e monitoramento suficiente.

O fundamental sobre as manchas de óleo no Nordeste consiste em compreender a tese de que não pode haver capitalismo sem destruição da natureza. Os monopólios capitalistas e seus governos burgueses estão obrigados a desprezar, em nome do lucro, qualquer convenção séria em defesa do meio ambiente. A recente decisão da ANP, de autorizar o leilão de blocos para exploração petrolífera na região do Parque Nacional de Abro-

lhos (sul da Bahia), passando por cima do parecer técnico do Ibama, mostra do que são capazes. Pouco importa o fato do parque nacional possuir a maior reserva de biodiversidade marinha do Atlântico sul. No Brasil, os desastres de Mariana e Brumadinho; as queimadas e desmatamentos na Amazônia, no Cerrado e na caatinga; o assoreamento do rio São Francisco, e o recente vazamento de petróleo no litoral formam um conjunto de devastações, cujo motor encontra-se na exploração capitalista do trabalho. É preciso que os explorados respondam ao governo policial-militar e obscurantista de Bolsonaro, com a defesa da nacionalização de toda a exploração do subsolo, e a estatização sem indenização de toda indústria petrolífera e mineral, sob controle operário.



Ceará-Mirim/RN

Pela independência da Frente Municipal de Lutas

Voto nulo nas eleições municipais

Em meados de agosto, o município de Ceará-Mirim recebeu a notícia de que o TSE havia cassado o mandato do prefeito Marconi Barreto (PSDB), por abuso de poder econômico nas eleições, e que deverá haver nova eleição, até o final do ano, para a finalização do mandato. Com a cassação da chapa, a prefeitura passou a ser ocupada interinamente pelo presidente da Câmara, Ronaldo Venâncio (PV). A prefeitura, assim, passou a ser um centro de peregrinação dos partidos burgueses, em busca de cargos no governo de transição, e o posto de vice, numa eventual chapa com o prefeito interino, que é o favorito.

O PT e o PCdoB também não perderam tempo. A governadora Fátima Bezerra (PT) logo articulou uma reunião com o prefeito interino, e acordou-se que o PT passaria a ocupar a Secretaria de Agricultura. O PCdoB, dias depois, também passou a fazer parte do governo, no campo da articulação política. O PT e o PCdoB almejam constituir uma aliança junto ao atual prefeito, de modo que possam compor o próximo governo, que durará apenas até a eleição do próximo ano. O PSOL apresentou críticas ao PT, por compor o governo de transição em aliança com as forças políticas burguesas, e anunciou uma candidatura “de esquerda”.

Constata-se que tais negociações ocorrem totalmente à margem dos explorados, que sofrem com o desemprego e a miséria. Em meio a isso, alguns setores, como a Comunidade do Formigueiro e os moto-taxistas têm encontrado, na Frente Municipal de Lutas, um instrumento por meio do qual podem expressar as suas reivindicações e o método da ação direta. Ao invés de esperarem que o próximo prefeito resolva seus problemas, tais setores têm encontrado confiança

em suas próprias forças e organização.

A corrida do PT, PCdoB e PSOL em busca de alianças e constituir suas candidaturas não chegou a ameaçar que a Frente fosse arrastada pela maré eleitoral. Em uma das reuniões, acordou-se que a Frente não apoiaria nenhuma candidatura, e, ao mesmo tempo, os seus integrantes tinham autonomia de fazer campanha pelos seus candidatos. Diferentemente das frentes

eleitoreiras chamadas pelos reformistas, a Frente Municipal de Lutas se tem assentado sobre as deliberações das assembleias de base e a luta concreta das massas pelas suas reivindicações imediatas. É isso que faz a Frente se manter firme, apesar da onda eleitoral.

Não ocorre o mesmo com o PT e o PCdoB que, empurrados a forjar alianças com o PV e demais partidos burgueses, ao mesmo tempo, se sentem pressionados a manter o outro pé dentro da Frente de Lutas, sob pena de se marginalizarem dos movimentos reivindicatórios e da referência de luta que a Frente tem se tornado para uma parte dos explorados. A candidatura do PSOL, por outro lado, não expressará o que defende a Frente, uma vez que é um partido reformista pequeno-burguês que não se reivindica do método da ação direta, nem se preocupa em responder aos problemas imediatos

das massas, mas apenas de defender um programa de reformas abstrato por meio do Estado burguês.

Em meio a essa situação, o POR tem se posicionado pelo voto nulo, reivindicando o caminho de independência de classe que a Frente Municipal de Lutas tem traçado, que é o da ação direta e da democracia operária nas assembleias de base.

Diferentemente das frentes eleitoreiras chamadas pelos reformistas, a Frente Municipal de Lutas se tem assentado sobre as deliberações das assembleias de base e a luta concreta das massas pelas suas reivindicações imediatas. É isso que faz a Frente se manter firme, apesar da onda eleitoral.

(...)

Em meio a essa situação, o POR tem se posicionado pelo voto nulo, reivindicando o caminho de independência de classe que a Frente Municipal de Lutas tem traçado, que é o da ação direta e da democracia operária nas assembleias de base.



Nesta edição:

- **52 anos do assassinato de Che Guevara.**
- **Ecuador:** Levante das massas equatorianas diante das contrarreformas do governo pró-imperialista.
- **Peru:** Golpe de Estado no Peru.
- **Síria:** Ofensiva da Turquia no Curdistão sírio.
- **Lênin:** Apontamentos sobre a História do Partido Bolchevique.



Artigos das Seções Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

52 ANOS DO ASSASSINATO DE CHE GUEVARA

Honremos a memória de Che Guevara, lutando pela revolução proletária

Ernesto Rafael Guevara de la Serna é parte da história da Revolução Cubana. Ao lado de Fidel Castro, se destacou como um dos principais dirigentes do movimento guerrilheiro, que, em janeiro de 1959, derrubou o poder da oligarquia e constituiu um governo revolucionário. O fato de a revolução democrático-burguesa se transformar em socialista representou uma derrota do imperialismo norte-americano, que, na origem, apoiou a organização liderada por Fidel Castro. Che Guevara, de nacionalidade argentina, teve um lugar de destaque nesse grande acontecimento histórico, que rompeu um elo da cadeia de dominação imperialista no continente latino-americano. Integrou o governo revolucionário, e muito contribuiu para que avançasse na expropriação da grande propriedade.

Che Guevara assumiu a bandeira do socialismo, sem contudo, compreender o terrore estalinista, que se manifestou no interior do Estado operário da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Procurou escapar da influência estalinista, recorrendo à organização de guerrilhas. Baseado na experiência da Revolução Cubana, acreditou ser possível organizar movimento de guerrilhas em outros países. Decidiu, em 1965, pôr em prática essa convicção, ingressando no Congo, África, procurando impulsionar o exército de libertação nacional. Não tendo como realizar esse objetivo, escolheu a Bolívia para uma nova experiência, no final de 1966.

Sob o conceito de Exército de Libertação Nacional, Che Guevara desenvolveria a tese sobre a possibilidade de um movimento guerrilheiro estruturado por meio de focos armados. O que ficou conhecido por foquismo. Nisto consistiu seu maior erro, confundindo a guerrilha com o foco. Por essa via, idealizou a possibilidade do foco armado resolver a ausência do partido revolucionário do proletariado. Em particular, o fato de Guevara ter escolhido a Bolívia obrigou as forças políticas de esquerda bolivianas a um posicionamento sobre “a guerrilha de Che”.

O Partido Operário Revolucionário dedicou um extenso trabalho de crítica ao foquismo. Guilherme Lora, seu dirigente, elaborou uma detalhada crítica, no folheto “A Guerra de

Guerrilha”, de Che Guevara. O livro “Foquismo e Revolução” reúne abundante documentação. No artigo “Qual foi nossa atitude diante da descoberta dos restos mortais de Che?”, Lora sintetiza a posição marxista de princípio, de que a defesa da memória de Che Guevara, assassinado pelas Forças Armadas Bolivianas, instruídas e apoiadas pelos Estados Unidos, não implica ocultar as críticas.

Não há melhor forma e conduta revolucionária de honrar a memória de Che Guevara que submeter seus erros ao crivo da própria história. O foquismo estava fadado ao fracasso.

Eis: “Nossas divergências com o castrismo, o foquismo e Che são profundas, de princípios, e que não podem ser simplesmente esquecidas. Alguns podem pensar que a morte obriga a que se esqueçam as divergências e as discussões. Não aceitamos essa advertência, porque a polêmica em que estamos empenhados é ideológica, programática. Como na tradição bolchevique, somos solidários com os lutadores perseguidos e com os países que sofrem a agressão do imperialismo, mas isso não pressupõe abandonar as divergências e não as discutir. É bom não esquecer que, em nenhum momento, deixamos de trabalhar em favor da maior politização das massas”.

Seguimos, portanto, essa tradição bolchevique. Não há melhor forma e conduta revolucionária de honrar a memória de Che Guevara que submeter seus erros ao crivo da própria história. O foquismo estava fadado ao fracasso. Não pode ser confundido com a vitoriosa guerrilha, que levou ao triunfo da Revolução Cubana. É um grave desvio negar o imprescindível lugar do partido marxista-leninista para dirigir a luta de classes do proletariado e demais oprimidos, contra os pilares do capitalismo, e para realizar a sua transição para o comunismo.

Não temos a menor dúvida de que somente os marxistas podem aproveitar os erros que se cometem na senda da luta pelo socialismo, uma vez que estão empenhados em reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista. Vingaremos o assassinato de Che Guevara trabalhando dia a dia, paciente e persistente, para que o proletariado se organize e reúna forças para derrubar o poder da burguesia, pelo método da insurreição das massas oprimidas.

LEVANTE DAS MASSAS EQUATORIANAS DIANTE DAS CONTRARREFORMAS DO GOVERNO PRÓ-IMPERIALISTA

O gigantesco levante operário e popular, que convulsiona o Equador, abriu uma crise pré-revolucionária. Esse é o mais importante fator da atual conjuntura. É necessário, portanto, assinalar os elementos determinantes.

O imperialismo é a força motriz da atual crise. Lidera uma completa ofensiva contra as massas e a nação oprimida. O governo de Lenín Moreno apenas é um instrumento da aplicação das medidas ditadas pelo FMI. O que o coloca em choque com as massas sublevadas.

O governo está completamente isolado. Mantém-se no poder exclusivamente apoiado nas Forças Armadas, no aparelho policial, na alta burocracia estatal e nos partidos da oposição direitista. A militarização do país e a subserviência de Moreno às ordens do imperialismo retratam a completa incapacidade da burguesia nacional de conquistar a soberania e independência nacional.

Os manifestantes formam uma massa de milhares de explorados e oprimidos. Em Quito e Guayaquil, as colunas paralisam as cidades. Piquetes, barricadas e “centros de acolhimento” para descanso e alimentação dos manifestantes mostram que a população apoia maciçamente o movimento.

Tão grave é a convulsão social, que se chega a abalar a disciplina das tropas. Houve casos de destacamentos que se “entregaram” como reféns aos manifestantes. Houve, ainda, enfrentamentos a golpes de cassetetes entre policiais e militares. São manifestações da decomposição do capitalismo semicolonial e destruição das condições de vida que afetam mais amplamente as massas.

O movimento se caracteriza por colocar em choque o conjunto da nação oprimida com o governo entreguista e o imperialismo. Operários, estudantes, indígenas, juventude oprimida, artesãos e as mais diversas camadas oprimidas continuam decididos a derrubar o pacote do FMI de privatizações, contrarreformas e de destruição de direitos e conquistas.

Arrasta, também, setores de pequenos e médios proprietários dos meios de produção. Setores patronais apoiaram inicialmente as manifestações, para logo passar a negociar com o governo medidas para descarregar o custo dos ajustes e ataques sobre as massas. É o caso da Federação Nacional de Cooperativas do Transporte Público - FNCTP. Em 5 de outubro, seu presidente, Abel Gómez, anunciou que suspendia a greve. O Ministro dos Transportes tinha aceitado debater um aumento das passagens, descarregando

assim os custos sobre os usuários.

Destacou, nos combates, a Confederação de Nacionalidades Indígenas (CONAIE). Instalaram-se assembleias populares por todo o país, e decidiram aplicar a “lei indígena” àqueles que gerassem “distúrbios” ou invadissem seus territórios. Em Alausí, a CONAIE fez 47 militares de reféns, após estes violarem o “estado de exceção”, decretado pelos indígenas em seus territórios. Como aconteceu no passado, é possível que o movimento indígena arrefeça as manifestações, em troca de algumas medidas, como já o fez em levantes passados. Está aí um dos maiores perigos para o movimento em luta.

Muitos setores permanecem firmes no objetivo de derrubar o pacote e o governo antinacional e antipopular. Sindicatos operários e de funcionários públicos participam do movimento, mas sem uma plataforma de luta comum. Destacam-se ainda a Assembleia Nacional Cidadã (ANC), a Frente Unitária dos Trabalhadores (FUT) e a Confederação de Organizações Indígenas (FEI), reunidas sob as bandeiras de “Abaixo o pacote!”, “Fora o FMI!” e “Fora Moreno!”.

A dinâmica interna dos protestos coloca em choque as massas com o regime burguês e o imperialismo. Mas, a ausência de uma direção revolucionária abre passagem para que sejam arrastadas por trás de soluções institucionais. Rafael Correa é uma peça chave dessas movimentações, ao exigir eleições antecipadas.

Um novo momento da luta de classes abriu-se no país. O mesmo se verifica em outros países da América Latina. Na Argentina, os explorados podem a qualquer momento retomar as grandes manifestações. Na Bolívia, o governo está sob a intensa pressão dos movimentos. No Brasil, duas greves gerais foram desarmadas pela burocracia. No Peru, se consumou o golpe de Estado, no mesmo momento em que Moreno anunciava o pacote de ajustes e contrarreformas. Há entre esses fatos um indissolúvel elo político.

As bandeiras erguidas pelo movimento, embora não rompam com as ilusões democráticas, criam condições para que os explorados avancem na sua independência política. A condição para dar esse passo reside em que se forje no seio do movimento a vanguarda ao redor da estratégia da revolução e ditadura proletárias, construindo o partido marxista-leninista-trotskista.

Abaixo, publicamos a Declaração elaborada no auge dos acontecimentos.

Declaração

Partido Operário Revolucionário

As massas em luta assinalam a via para derrubar o Governo antinacional, antipopular e entreguista de Moreno. O proletariado deve avançar na sua independência política construindo o Partido Operário Revolucionário.

O Equador vive momentos convulsivos. Em 8 de outubro, realizou-se uma gigantesca e massiva mobilização nacional, contra o governo pró-imperialista de Lenín Moreno. Constituído por dezenas de milhares de indígenas, estudantes, juventude oprimida, operários e populares, o movimento chegou à capital, Quito. Rompeu o cerco militar da Assembleia Nacional, tomando de assalto o exterior do prédio. As forças policiais e as tropas do Exército Equatoriano retomaram o controle do prédio, desfechando uma brutal repressão. Os enfrentamentos continuam. As massas estão decididas a não abandonar a luta. A cidade se tornou um campo de batalha.

Está aí a imagem viva da atual situação política no país. De um lado, milhões de explorados e oprimidos por todo o país ocupando as cidades, tomando prefeituras e, por diversos momentos, fazendo reféns entre as próprias tropas. De outro, ergue-se um governo disposto a não ceder, e que se apoia diretamente nas Forças Armadas para esmagar o levante popular. O Equador está sob um “estado de exceção”. Se bem que Moreno tenha militarizado as cidades e as instituições, as massas, estas, em diversos momentos, obrigaram as forças repressivas a retrocederem. Eis por que Moreno decidiu transferir a sede administrativa do governo, de

Quito para Guayaquil.

Abriu-se uma crise pré-revolucionária: as massas se chocam com o aparelho do Estado burguês, enquanto esse não consegue governar com métodos democrático-burgueses. É possível que consiga abortar a crise, combinando a violenta repressão com negociações, que desviem as massas para uma saída institucional. Esse tipo de experiência já se passou em rebeliões anteriores. O fundamental, porém, está em que Moreno somente poderá continuar governando caso mantenha o apoio das Forças Armadas, e as massas em luta, sem sua direção revolucionária, arrefeçam, e sejam arrastadas ao campo das soluções burguesas.

O certo é que qualquer que seja a saída política ensaiada pela burguesia, logo esbarrará nas profundas e violentas contradições impostas pelo imperialismo. Não por acaso, os protestos e greves responderam ao anúncio do governo, que começaria a aplicar imediatamente um plano acordado com o FMI. Trata-se de um pacote de privatizações e cortes orçamentários, bem como de uma contrarreforma trabalhista.

Segundo Moreno, o governo pretende economizar 14 bilhão de dólares a cada ano, em troca de um “empréstimo” de 4 bilhões de dólares. Somente com a “completa reestruturação” da economia e do Estado, afirmou, se resolveria a grave “situação fiscal” do país. Ocorre que, sendo eleito em maio de 2017, como candidato pela Aliança PAIS, partido do ex-presidente Rafael Correa, Lênin Moreno logo assumiu o programa do governo da derrotada oposição direitista.

O primeiro passo foi entregar o Ministério da Economia ao ex-presidente do Comitê Empresarial Equatoriano, Richard Martínez. O segundo foi quitar as dívidas das maiores empresas do país com o Estado e bancos privados (4,6 bilhões de dólares, ou 4% do PIB), bem como as livrou de pagar diversos impostos. O terceiro foi o de fazer um corte dos gastos e investimentos públicos em educação, saúde e cultura. O que se complementou com a redução de pastas e ministérios, de 40 para 20, demitindo milhares de funcionários públicos.

Em agosto, anunciou um plano para privatizar empresas estatais estratégicas, no valor de US\$ 30 bilhões. Em 2 de setembro, extinguiu os subsídios aos combustíveis, avançando na liberalização e nos ajustes mensais de seus preços internos. Imediatamente, o país assistiu a uma subida de 120% dos combustíveis, aumentando os preços de todos os produtos básicos e serviços essenciais. Em 7 de outubro, eliminou as tarifas alfandegárias para importação de maquinaria, equipamentos tecnológicos (telefones celulares, computadores, etc.), e matérias-primas (plásticos, vidro, etc.), tanto agrícolas quanto industriais.

Complementam essas medidas, o “pacote de reformas trabalhistas”: tercerização, facilidades para o patronato desligar os trabalhadores no caso de licença por doenças graves e licença maternidade, redução dos salários dos contratos de trabalho intermitentes em até 20%, destruição de direitos do funcionalismo público (redução de férias, de 30 para 15 dias), e, especialmente, a reforma previdenciária. Ao lado disso, se eliminam encargos trabalhistas da folha de pagamento, e se reduzem pela metade o Imposto à Saída de Divisas (ISD) para matérias-primas, insumos e bens de capital. Bem como se aplicam linhas de crédito (estatais e privadas), subsidiadas para construção de hidroelétricas, e se ampliam a estrutura da agroindústria (irrigação, sementes certificadas, adubos, etc.).

Como se vê, é um ataque em toda linha à economia nacional e à maioria oprimida, que agravará ainda mais as contradições do país semicolonial. A livre importação de capitais e bens com alto valor agregado reforçará o atraso do país, potenciando particular-



mente a produção agroindustrial e de bens de baixo valor agregado. Sobre essa base se aumentarão os lucros dos exportadores, e se empobrecerão as massas. De forma que a prevista “economia” de US\$ 14 bilhões estará destinada ao pagamento da dívida com o FMI, e servirá ao parasitismo financeiro.

Estão aí claramente expostos os motivos que impulsionaram o poderoso levante popular, iniciado em 2 de outubro. O essencial da convulsiva situação do país está em que milhões de explorados e oprimidos, ao se unirem em defesa de suas vidas, entram em choque com as medidas pró-imperialistas, o governo antinacional e a burguesia subserviente. O levante dos explorados cria condições para dar saltos organizativos, e avançar na constituição de um massivo movimento anti-imperialista e anticapitalista. Coloca-se, assim, à luz do dia, o quão grave é para as massas a ausência de sua vanguarda organizada em um partido marxista-leninista-trotskista. Isso impede o proletariado, camponeses e indígenas conquistarem a independência frente à burguesia e seus partidos, assumindo o programa da revolução e ditadura proletárias.

A vanguarda tem de tomar em suas próprias mãos a tarefa de superar a crise de direção, aproveitando o momento em que a burguesia é incapaz de governar, em que as massas começam a intervir na situação com seus próprios métodos de luta, e em que está colocado o levante da nação oprimida contra o imperialismo e seus serviços nacionais.

No Brasil, os explorados também estão diante de semelhantes ataques. O mesmo se passa na Argentina, México, e em toda América Latina. As burguesias nacionais seguem as diretrizes do imperialismo em toda a parte. Os reformistas, que dizem defender a soberania nacional, se mostram impotentes. A classe operária em toda a parte procura instintivamente o caminho da revolução, que é o da sua libertação e da libertação da nação oprimida do domínio imperialista. Esse caminho leva à luta por um governo operário e camponês.

Operários de toda América Latina, todo apoio ao levante das massas no Equador. A sua vitória será nossa vitória! Lutemos em nossos países sob a bandeira da revolução e do governo operário e camponês!

Derrubar as medidas antinacionais e antipopulares! pôr em pé a Frente Única Anti-imperialista! Que a classe operária e os demais oprimidos decidam sobre o destino do país! Fora o imperialismo de Equador! É urgente resolver a tarefa histórica de construir o partido marxista-leninista-trotskista, e avançar na reconstrução de sua direção mundial: a IV Internacional!

8 de outubro de 2019

Golpe de Estado no Peru

Em 30 de setembro, o presidente de Peru, Martín Vizcarra, dissolveu o Parlamento, e convocou novas eleições legislativas, para 26 de janeiro de 2020. Em 1º de outubro, o Parlamento decidiu destituir o presidente, nomeando Mercedes Aráoz como presidenta interina. Em 2 de outubro, Vizcarra militarizou o Congresso, impedindo-o de funcionar. As Forças Armadas entraram em cena, declarando seu “apoio incondicional” a Vizcarra, e reconhecendo-o como “presidente legítimo”. O Congresso foi encurralado e, sem força para resistir, teve de se curvar.

Eis o desfecho da crise política, que se alastra desde que Vizcarra foi designado presidente, após Pedro Pablo Kuczynski renunciar, condenado por corrupção. A implosão do equilíbrio entre os poderes do Estado se deve ao fracasso da tentativa do presidente em frear a designação de seis novos membros (de um total de sete) do Tribunal Constitucional pelo Congresso Nacional. A oposição - que domina o parlamento - negou-se a realizar uma Consulta Popular e acordos institucionais, para selecionar os candidatos, como proposto por Vizcarra. Quando o Parlamento nomeou Gonzalo Ortiz de Zavallos, homem ligado à oposição, por 87 votos, o presidente decidiu não esperar as seguintes designações, e fechou o Congresso.

Na base do golpismo, acham-se os choques inter-burgueses, que têm impedido ao executivo a aprovação de um plano de privatizações, de destruição de direitos sociais e de contrarreformas (da terceirização e da Previdência), acordado com o imperialismo. A oposição freou, por duas vezes, a formação do Conselho de Ministros, impedindo o governo de funcionar. As manobras da oposição parlamentar objetivavam obrigar o Executivo a arrefecer a ofensiva judicial, que vem dizimando seus partidos políticos. A designação de seus próprios homens no judiciário pretendia estancar esse processo. Assim como deixaria em suas mãos aprovar ou não a promulgação de leis, colocando de fato Vizcarra como refém do Congresso.

É a segunda vez, desde o reatamento da democracia formal, em 1980 (depois de 10 anos de ditadura militar), que um presidente eleito recorre ao fechamento do Congresso. Em 1992, Alberto Fujimori dissolveu o Parlamento, quando este rejeitou outorgar-lhe poderes ditatoriais. Seu objetivo era o de concentrar poderes, para impor um violento pacote de privatizações, ajustes e reformas trabalhistas (plano que seria conhecido como “Fujishoc”). Era o imperialismo que vinha exigindo uma maior e mais brutal ofensiva contra a vida das massas, bem como a abertura das fronteiras à livre penetração monopolista. Era a chamada época das “reformas neoliberais”.

Entretanto, a ofensiva ocorria em um momento em que se verificava uma alta das lutas das massas, no país e no continente. Na Colômbia, mantinham-se em combate as FARC e o ELN. Na Bolívia e Argentina, os movimentos operários e populares ganhavam projeção. No Brasil, se potenciavam as greves operárias, e o Movimento Sem Terra (MST) avançava. No Peru, particularmente, projetavam-se as guerrilhas de Sendero Luminoso e o Movimento Revolucionário Tupac Amaru (MRTA). O que permitiu Fujimori justificar o golpe, pela necessidade de “esmagar” ambas as organizações. Na verdade, objetivou impor, a sangue e fogo, a privatização das estatais, e a entrega das jazidas de minérios ao

capital estrangeiro. Plano esse que se complementava com uma brutal alteração nas relações trabalhistas, em favor da burguesia.

O terrorismo de Estado e o genocídio fujimorista (foram assassinados 70 mil pessoas, boa parte civis) se impuseram por dez anos. Rejeitada pelas massas, cercada pelas denúncias de crimes de “lesa humanidade”, e mergulhada na corrupção, a ditadura civil fujimorista cedeu passagem a um novo governo, eleito em 2000. Anos mais tarde, seria a implosão da crise capitalista (2008), que assinalava mais uma vez os limites da caricatura de democracia oligárquica peruana. Tendo por base a crise econômica e a retomada das disputas inter-burguesas, a crise política se reinstalou.

Mas, foi somente em fins de 2018 que alcançou seu ponto mais alto, quando o Congresso Nacional decidiu pela cassação de Pedro Pablo Kuczynski, por receber propina da Odebrecht. De fato, desde que foi eleito, em 2016, Kuczynski enfrentou a oposição da maioria parlamentar, dominada pelo fujimorismo e o Partido Aprista. Liderada por Keiko Fujimori (Força Popular), a oposição direita exigiu que se indultasse o genocida e facinora Alberto Fujimori, à época preso. O indulto presidencial afastou conjunturalmente o impeachment, mas agravou a crise política. Na sua base, achava-se a maciça rejeição popular a Kuczynski e ao Parlamento.

Foi nessas condições que Kuczynski foi, finalmente, cassado, e o Congresso designou Vizcarra como “presidente interino”. O recém-empossado retomou a ofensiva das contrarreformas, iniciada por Kuczynski. Mais uma vez, foram as denúncias de corrupção, envolvendo Keiko Fujimori - que acabou presa - e os deputados apristas, que ameaçavam travar a aprovação do pacote. Isso explica por que a crise ao redor do Tribunal Constitucional acabou servindo de justificativa ao governo para desfechar o golpe. Sem dúvida, a grande rejeição popular ao Parlamento, o apoio das Forças Armadas e do imperialismo norte-americano à medida facilitaram esse desfecho.

Nota-se que o golpe de Vizcarra - como o desfechado por Fujimori no passado, embora guardando as devidas proporções - decorre da necessidade do imperialismo centralizar as frações oligárquicas, impedindo que suas disputas entrem as contrarreformas. Basta assinalar que a burguesia industrial peruana (reunida na Confiep) condenou “a violação da Constituição e do sistema democrático”, enquanto as empresas mineradoras e exportadoras apoiaram Vizcarra, para se comprovar como a penetração imperialista e a submissão do país aos monopólios atingiram a unidade da burguesia peruana.

O essencial na situação política reside em que o golpe e a ofensiva contra a vida das massas e a nação oprimida chocam-se com as tendências nacionais de luta dos explorados. As nacionalidades indígenas enfrentam o saque de seus territórios pelas mineradoras, com métodos radicalizados (bloqueios, ocupações de empresas, etc.). Greves do funcionalismo público contra os ajustes na educação e saúde já paralisaram o país em 2018 e 2019. Destaca-se a irrupção da classe operária nos combates. Foi o caso da greve geral unificada dos operários mineiros de agosto passado, que paralisou as indústrias e cidades de todo o país, na base de um programa comum de reivindicações do acordo coletivo,

das conquistas trabalhistas, e da revogação das reformas previdenciária e terceirização.

O maior perigo reside em que essas crescentes tendências de luta da maioria oprimida continuam a esbarrar no servilismo e na política pró-imperialista das direções sindicais, bem como na brutal repressão. A Confederação Geral dos Trabalhadores Peruanos (CGTP) se tem convertido em um instrumento do governo contra as massas. Após o golpe, defendeu Vizcarra. Antes, fez de tudo por trair a radicalizada greve geral dos operários mineiros. Cada vez mais, porém, as tendências de luta dos explorados acham vias para romper o cerco burocrático e repressivo. Em 3 de outubro, a Federação Nacional de operários mineiros convocou a uma “assembleia aberta” à população, para debater uma “Plataforma de Luta” comum dos oprimidos, contra o golpismo e as contrarreformas. Se progredir, pode se converter na via para avançar na formação de uma frente única de luta, contra os monopólios e o governo subserviente. Na base dessa experiência, os

explorados poderão dar saltos em sua independência, e pôr em pé uma frente única anti-imperialista.

A desagregação da democracia burguesa oligárquica, o avanço da opressão nacional e a destruição das condições de vida das massas abrem uma via para que as lutas pelas reivindicações vitais e as tarefas e liberdades democráticas se projetem à luta anti-imperialista e anticapitalista. As condições objetivas são favoráveis à propaganda da estratégia da revolução e ditadura proletárias, que se materializa na defesa do governo operário e camponês.

Mas, somente o proletariado organizado em seu partido marxista-leninista-trotskista pode criar as condições políticas para organizar a maioria oprimida contra a burguesia semicolonial e o imperialismo. É com esse objetivo que o Comitê de Enlace pela Reconstrução da Quarta Internacional trabalha por reunir o melhor da vanguarda do continente, visando a reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.

Ofensiva da Turquia no Curdistão sírio

Em 9 de setembro, foi lançada uma ofensiva militar do exército turco, contra posições das Unidades de Proteção Popular (YPG) e das Forças Democráticas da Síria (FDS). Os ataques atingem a região de Afrin e Manjib, na autodenominada Administração Autônoma do Norte e Leste da Síria, governada pelo Comitê Executivo Democrático Sírio (SDC).

Os ataques, supostamente, objetivam “derrotar terroristas” do Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK), organização separatista da Turquia. Na verdade, pretende-se evitar que se criem as condições de um Estado nacional curdo, reunindo suas frações espalhadas pela Turquia, Síria e o Iraque. À burguesia turca, é intolerável qualquer sombra de autodeterminação dos curdos.

A ofensiva militar se realiza dias depois que as tropas norte-americanas, postadas na região, que há anos vem servindo à instrução militar, se retiraram. De maneira que os Estados Unidos abandonam os curdos em mãos do algoz Erdogan. O imperialismo armou a farsa de que, com a derrota do Estado Islâmico, os curdos ficariam em melhor posição para alcançar seus direitos de nacionalidade. Depois de servirem de instrumento dos Estados Unidos, se desfizeram supostos interesses comuns. A Turquia não permitirá a sua autodeterminação, a não que ser quando triunfar a revolução proletária.

França, Reino Unido, Alemanha, Bélgica e Polônia chamaram uma reunião urgente do Conselho de Segurança das Nações Unidas (ONU), para condenar a ofensiva turca. Pedem que se garanta “uma zona de exclusão aérea para proteger o povo do norte e do leste da Síria de uma iminente crise humanitária”. Mas, nada será decidido sem o apoio dos Estados Unidos, da Rússia e China, que, como membros permanentes do organismo, decidiram permanecer à margem.

A medida de Trump acirrou uma frente política interna no Congresso entre republicanos e democratas, que rejeitaram a retirada. Ameaçaram aprovar uma lei “bipartidária”, para impor sanções contra o setor energético da Turquia e proibir a venda armamentos. Essa medida põe de relevo que a maioria das forças burguesas norte-americanas são favoráveis à ocupação do território sírio, sob a justificativa de garantir a segurança “dos refugiados” e da “autonomia” dos aliados curdos.

Por sua vez, o imperialismo europeu teme que a ofensiva militar impulse uma nova onda de refugiados ao continente, incluindo centenas de jihadistas.

É muito provável que a retirada das tropas imperialistas seja uma manobra conjuntural de Trump, procurando reatar as alianças com a Turquia, um aliado na OTAN, e um dos principais compradores de armamento e tecnologia militar norte-americana. Erdogan ameaçou romper com a organização, se não se garantir o seu direito de manter a unidade territorial da Turquia à força, assim como se aproximou da Rússia, comprando sistemas antimísseis.

O relevante da atual ofensiva turca, porém, reside em que é um elo na guerra de rapina e partilha de territórios, que tem mantido por anos a guerra na Síria. Dilacerada e ocupada militarmente pelas potências (Rússia e Estados Unidos) e seus subservientes regionais (Irã e Turquia), a destruição de suas fronteiras nacionais são as brutais consequências da necessidade dos monopólios se apossarem dos recursos naturais e territórios no Oriente Médio.

A nenhuma potência convém uma nação curda, verdadeiramente livre e soberana. O Curdistão sírio é rico em jazidas petrolíferas, e uma nação curda passaria a pleitear pelo seu controle. A melhor alternativa é manter os curdos como moeda de troca e objeto de transações entre as potências. Não por acaso, a Administração Autônoma do Norte e Leste da Síria passou depender das movimentações imperialistas. Eis por que as Forças de Autodefesa serviram ao objetivo de romper a soberania da Síria e trucidar o Estado Islâmico, que chegou a controlar as riquezas petrolíferas da região. O que impediu e impede aos curdos decidirem sobre seus destinos.

As massas sírias, curdas e árabes em geral somente conquistarão sua autodeterminação nacional quando derrotarem e expulsarem o imperialismo. Somente a revolução proletária poderá unir as nacionalidades, resolver as tarefas democráticas e desenvolver a cooperação sobre a base da construção do socialismo. A tarefa da vanguarda do proletariado e demais oprimidos é a de construir o partido marxista-leninista-trotskista, e erguer o programa dos Estados Unidos Socialistas de Oriente Médio.



Apontamentos sobre a história do Partido Bolchevique

No Jornal Massa 596, expusemos algumas formulações de Lênin sobre a bandeira “Todo Poder aos Sovietes”. Lênin concebia a possibilidade da tomada do poder pelos soviets sem que fosse pela via da insurreição. No escrito da primeira metade de setembro de 1917, “A Revolução Russa e a Guerra Civil”, analisou o fracasso da conspiração contrarrevolucionária do general Kornilov, no final de agosto, e as condições favoráveis para os soviets se desfazerem do governo de Kerensky. Eis: “Se existe um ensinamento absolutamente indiscutível da revolução, absolutamente comprovado pelos fatos, é que só uma aliança dos bolcheviques com os socialistas revolucionários e os mencheviques, somente a passagem imediata de todo o poder aos soviets, evitará a guerra civil na Rússia”. Lênin assinala que as experiências mostram que “o desenvolvimento pacífico de qualquer revolução é, em geral, algo muito raro e difícil, porque a revolução é o agravamento máximo das contradições de classe mais agudas”. O que quer dizer que se isso viesse a ocorrer na Rússia seria uma excepcionalidade, devido ao duplo poder instaurado pelos soviets, e o seu controle sobre os soldados, que se encontravam em estado de rebelião diante da oficialidade. A premissa histórica de que as revoluções se resolvem pela derrota violenta da contrarrevolução acabou se impondo também na Revolução Russa.

Ainda em fins de julho, no artigo “O Começo do Bonapartismo”, Lênin chamou a atenção da vanguarda revolucionária sobre os perigos que corria a revolução, sob o governo de Kerenski. Os mencheviques e os socialistas revolucionários faziam apologia sobre o caráter democrático da nova aliança governamental. Ao contrário, Lênin explica: “Estamos diante do sintoma histórico fundamental do bonapartismo: um poder estatal apoiado na camarilha militar (...), que manobra entre duas classes, duas forças hostis, mais ou menos equilibradas entre si”. (...) “O bonapartismo na Rússia não é um fenômeno casual, mas produto natural do desenvolvimento da luta de classes em um país pequeno-burguês, com um capitalismo relativamente desenvolvido e um proletariado revolucionário. Etapas históricas, como o 20 e 21 de abril, 6 de maio, 9 e 10 de junho, 18 e 19 de junho, 3 a 5 de julho, são elos que evidenciam como se realizou a preparação do bonapartismo. Seria um grave erro acreditar que uma situação de democracia exclui o bonapartismo. Pelo contrário, justamente em uma situação como essa (a história da França assim confirmou duas vezes), o bonapartismo surge, dadas certas relações entre as classes e sua luta”.

No início de setembro, Lênin retomou a formulação sobre a possibilidade dos soviets se desfazerem do apoio ao governo de Kerenski e a assumirem o poder. A crise se agravava, e era inevitável um confronto final entre a revolução e a contrarrevolução. A situação excepcional, a que se Lênin se referia antes, se esgotava. Como último esforço, os bolcheviques reafirmam a proposta de “um compromisso voluntário” (...) “aos partidos ‘dirigentes’ democráticos pequeno-burgueses, os socialistas revolucionários e mencheviques”. Eis a formulação: “O compromisso de nossa parte é o de retornar a nossa exigência anterior a julho - todo poder aos soviets e um governo de socialistas revolucionários e mencheviques, responsáveis diante dos soviets. Agora, somente agora, e talvez durante alguns poucos dias, ou por uma ou duas semanas, um governo desse tipo poderia ser criado e consolidado de um modo pacífico”.

É necessário expor o conteúdo dessa formulação. “O compromisso consiste em que os bolcheviques, sem pretender uma participação no governo (impossível para os internacionalistas, se não se realiza a ditadura do proletariado e do campesinato pobre), se absterão de exigir a imediata entrega do poder ao proletariado e aos camponeses pobres, e de empregar métodos revolucionários de luta por esta exigência. A condição, por si mesma evidente, e que não é nova para os socialistas revolucionários e mencheviques, seria a plena liberdade de propaganda e de convocação da Assembleia Constituinte, sem novos adiamentos, ou ainda em um prazo mais breve”.

Dessa caracterização desprendia o objetivo tático de demonstrar aos operários, camponeses e soldados, que mencheviques e socialistas revolucionários não romperiam com Kerenski. Observa-se que, nesse mesmo momento, Lênin redigiu o “Projeto de Resolução sobre a Situação Política Atual”, a ser apresentado ao Comitê Central do Partido Bolchevique. O documento consta de 17 teses. De conjunto, demonstram que, no período de 3 de julho a 3 de setembro, houve uma virada na revolução. Refere-se o acerto do partido de ter apoiado o movimento de 3 e 4 de julho, que eclodiu espontaneamente, quando os bolcheviques procuravam evitar qualquer precipitação, que servisse à contrarrevolução. Assinala que seria um erro lançar-se ao objetivo da tomada do poder, quando a maioria dos explorados ainda não marchava sob a direção dos bolcheviques. Admitiu que houve uma avaliação equivocada de achar que a “situação geral do país menos revolucionária do que na realidade demonstrou ser”. E, ao mesmo tempo, um erro a “consideração que ainda era possível um desenvolvimento pacífico das transformações políticas, por meio de uma mudança na política dos soviets, quando, na prática, os mencheviques e socialistas revolucionários tinham se enredado e atado tanto em sua conciliação com a burguesia, e quando a burguesia havia se tornado a tal ponto contrarrevolucionária, que já não era possível o desenvolvimento pacífico”.

Foi importante o acerto de levantar a bandeira de *Todo Poder aos Soviets* no movimento de 3 e 4 de julho, tendo por “objetivo outorgar ao movimento um caráter pacífico e organizado”. A importância está em que não havia possibilidade dos bolcheviques convocarem os manifestantes a tomarem o poder, de um lado, e apresentarem a via da solução do poder expressando-a na bandeira *Todo Poder aos Soviets*, de outro.

Em seguida, Lênin, na clandestinidade, uma vez que se encontrava perseguido, elabora a programa da revolução, no documento “A catástrofe que nos ameaça e como lutar contra ela”, escrito entre 10 e 14 de setembro de 1917. Nele, concebe o caráter de transição da revolução democrática para o socialismo. Critica aqueles que temem dar passos ao socialismo, “alegando que nossa revolução é uma revolução burguesa, que não se pode implantar o socialismo”. Fundamenta com a teoria marxista do imperialismo. “A dialética da história é tal que a guerra, ao acelerar extraordinariamente a transformação do capitalismo monopolista em capitalismo monopolista de Estado, com isso, impulsiona extraordinariamente a humanidade ao socialismo”. Notamos a importância decisiva de Lênin orientar os bolcheviques no momento crucial em que se aproximava o desfecho entre a revolução e a contrarrevolução.

(As citações foram extraídas das Obras Completas, Lênin, tomo XXVI, Akal Editor)